



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

**MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES, NA ESPECIALIDADE DE
ARTILHARIA**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

O EMPREGO DA ARTILHARIA NA GUERRA SUBVERSIVA DE ÁFRICA

Autor: Asp Al Ivo Pinto Teixeira Pires

Orientador: TCor Art António José Ruivo Grilo

Lisboa, Agosto de 2011



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

**MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES, NA ESPECIALIDADE DE
ARTILHARIA**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

O EMPREGO DA ARTILHARIA NA GUERRA SUBVERSIVA DE ÁFRICA

Autor: Asp Al Ivo Pinto Teixeira Pires

Orientador: TCor Art António José Ruivo Grilo

Lisboa, Agosto de 2011

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais por todo apoio e educação dada,
à Eduarda pela sua dedicação e compreensão.

AGRADECIMENTOS

No final da realização deste trabalho sinto a necessidade agradecer e prestar um sincero reconhecimento a todos, que de uma forma ou de outra, contribuíram e tornaram possível a realização deste Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), mas particularmente:

- Ao Coronel de Artilharia Pereira da Costa, Director da Biblioteca do Exército, pela disponibilidade em fornecer elementos fundamentais para a realização deste trabalho;
- Ao Tenente-Coronel de Artilharia Garcia de Oliveira, Director dos cursos de Artilharia da Academia Militar, pela sua disponibilidade, informações e conselhos prestadas durante o TIA;
- Ao Tenente-Coronel de Artilharia Carlos Caravela, pelo apoio e dedicação demonstrados, como professor e camarada mais antigo;
- Ao Tenente-Coronel de Artilharia Ruivo Grilo, meu Orientador por toda a sua dedicação e empenho na realização deste Trabalho;
- A todos que, no decorrer deste Trabalho, me auxiliaram com propostas, sugestões e opiniões que contribuíram para a realização do TIA.

Com a ajuda por todos prestada foi possível chegar ao fim.

A todos Vós o meu muito Obrigado

RESUMO

O estudo da Guerra do Ultramar e o emprego das forças sempre foi um tema apelativo ao estudo, ainda mais, se estivermos a falar da aplicação da Artilharia naquele ambiente operacional. Com o presente trabalho pretende-se estudar e descrever o emprego da Artilharia de Campanha na guerra subversiva de África, mais concretamente no Ultramar.

Desta forma, para a realização do trabalho procedeu-se ao estudo do Ambiente Operacional vivido nas Guerras Subversivas, à descrição do que foi a Guerra do Ultramar e por último à caracterização do emprego da Artilharia de Campanha naquele conflito.

A metodologia usada baseia-se na consulta e investigação histórica, envolvendo fontes primárias, complementadas com uma pesquisa descritiva em livros, revistas e publicações periódicas referentes ao tema, manuais de doutrina do Exército, documentos online, dissertações de mestrado e testemunhos de tradição oral.

No final do trabalho, considera-se que a utilização da Artilharia de Campanha na Guerra Subversiva do Ultramar, veio quebrar o tradicional emprego das unidades de Artilharia da doutrina Portuguesa, que era fundamentalmente vocacionada para as Guerras Convencionais.

Palavras-chave: Ambiente Operacional, Guerra Subversiva, Guerra do Ultramar, Doutrina, Artilharia de Campanha.

ABSTRACT

The analysis of the Portuguese colonial war has always been a relevant subject even though if it was applied Field Artillery on the ground operations. This thesis aims to study and describe the use of Field Artillery in the subversive warfare in Africa.

To perform this work we have proceeded to analyze the warfare experienced in the subversive war, which was the main tactical environment where field Artillery operated. The methods used were based on historical research and documents, involving primary sources, and periodic articles, Army field manuals, online documents, interviews.

In the final deduction, it is considered that the use of Field Artillery in the Subversive conflict of the Portuguese Colonial War, broke doctrine use of artillery units, which was primarily geared for conventional warfare.

Key Words: Warfare, Subversive War, Portuguese Colonial War (Ultramar), Doctrine, Field Artillery.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRAC.....	IV
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	V
ÍNDICE GERAL	V
ÍNDICE DE DE FIGURAS.....	IX
ÍNDICE DE TABELAS.....	XI
CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 ENQUADRAMENTO	1
1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	2
1.4 OBJECTO DA INVESTIGAÇÃO	2
1.5 OBJECTIVOS.....	3
1.6 METODOLOGIA.....	3
1.7 MODELO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	4
1.8 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS.....	4
CAPÍTULO 2 ENQUADRAMENTO DOUTRINÁRIO DA GUERRA	
SUBVERSIVA	6
2.1 NATUREZA E FUNDAMENTOS DA GUERRA SUBVERSIVA	6

2.1.1	CONCEITO DE GUERRA SUBVERSIVA	6
2.1.2	OBJECTIVOS DA SUBVERSÃO	7
2.2	CARACTERÍSTICAS DA GUERRA SUBVERSIVA.....	8
2.2.1	A ESTRATÉGIA DA SUBVERSÃO	8
2.2.2	FASES DA SUBVERSÃO	9
2.3	ACTUAIS CONFLITOS.....	11
2.3.1	CARACTERÍSTICAS DOS ACTUAIS CONFLITOS.....	11
2.3.2	DOCTRINA	13
2.4	SÍNTESE CONCLUSIVA	14
 CAPÍTULO 3 A ARTILHARIA DE CAMPANHA NA GUERRA SUBVERSIVA.....		16
3.1	MISSÃO E RESPONSABILIDADES GERAIS DA AC NA GUERRA SUBVERSIVA.....	16
3.2	EMPREGO DA AC NA GUERRA SUBVERSIVA.....	17
3.3	EMPREGO TÁCTICO.....	20
3.3.1	ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE.....	20
3.3.2	AS INFORMAÇÕES	20
3.3.3	SEGURANÇA DAS UNIDADES.....	21
3.4	APOIO DE FOGOS	22
3.5	SÍNTESE CONCLUSIVA	22
 CAPÍTULO 4 A GUERRA SUBVERSIVA DO ULTRAMAR.....		24
4.1	ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA GUERRA DO ULTRAMAR	24
4.1.1	O SURGIR DA GUERRA.....	24
4.1.2	A EVOLUÇÃO DA GUERRA NOS TO'S DE ANGOLA, GUINÉ E MOÇAMBIQUE.....	25
4.2	ASPECTOS HUMANOS DO TEATRO DE OPERAÇÕES	27
4.2.1	INIMIGO.....	27
4.2.2	NOSSAS FORÇAS	29

4.3	ASPECTOS FÍSICOS DO TEATRO DE OPERAÇÕES	30
4.3.1	CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL DE ANGOLA	30
4.3.2	CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL DE GUINÉ	30
4.3.3	CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL DE MOÇAMBIQUE	31
4.4	SÍNTESE CONCLUSIVA	31
CAPÍTULO 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O EMPREGO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA NA GUERRA DO ULTRAMAR.....		33
5.1	A AC PORTUGUESA E O ULTRAMAR.....	33
5.2	A REALIDADE DA AC NO CAMPO DE BATALHA.....	34
5.2.1	DESLOCAMENTOS DE UMA COLUNA DE ARTILHARIA	35
5.2.2	RECONHECIMENTO, ESCOLHA E OCUPAÇÃO DA POSIÇÃO.....	36
5.2.3	SEGURANÇA	37
5.2.4	PLANOS DE FOGOS	38
5.2.5	EXECUÇÃO DO TIRO.....	39
5.2.6	REGULAÇÃO DO TIRO.....	41
5.3	SÍNTESE CONCLUSIVA	42
CAPÍTULO 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		49
GLOSSÁRIO		52
APÊNDICES.....		55
APÊNDICE A PLANOS DE FOGOS PREVISTOS PARA A GUERRA SUBVERSIVA.....		56
APÊNDICE B GUIAO DA ENTREVISTA.....		61

ANEXOS	64
ANEXO C DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS	64
ANEXO D PATAMARES DA GUERRA SUBVERSIVA	66
ANEXO E TÉCNICAS DE PLANEAMENTO DE FOGOS DE ARTILHARIA DE CAMPANHA.....	67
E.1 TIPOS DE FOGOS DE AC.....	67
E.1.1 PREPARAÇÃO.....	67
E.1.2 CONTRAPREPARAÇÃO.....	68
E.1.3 BARRAGENS.....	69
E.1.4 FOGOS DE FLAGELAÇÃO E INTERDIÇÃO	70
E.1.5 FOGOS DE CONTRABATERIA	71
E.1.6 FOGOS DE SUPRESSÃO.....	71
E.1.7 FUMOS	72
E.1.7.1 Fogos de Flagelação e Interdição	72
E.1.7.2 Fogos de Contrabateria	73
E.1.7.3 Fogos de Supressão.....	73
E.1.8 FOGOS DE ILUMINAÇÃO	74
ANEXO F MÍSSEIS STRELLA	75
ANEXO G PRIMEIRAS MINAS ENCONTRADAS.....	76
G.1 ANGOLA.....	76
G.2 MOÇAMBIQUE	77
G.3 GUINÉ	78
ANEXO H CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL DE ARTILHARIA DE CAMPANHA UTILIZADO NO ULTRAMAR.....	79
ANEXO I AERONAVES UTILIZADAS NA OBSERVAÇÃO E REGULAÇÃO DO TIRO	87
ANEXO J PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES DE ART. NO ULTRAMAR	89

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Síntese do modelo de Investigação Global do TIA.	4
Figura 2.1: Espectro do Conflito e Operações Militares..	13
Figura D.1: O Evoluir da Guerra Subversiva do Ultramar.....	66
Figura F.1: SA – 7b Grall Strella.	75
Figura G.1: Localização das primeiras minas descobertas no Norte de Angola.....	76
Figura G.2: Localização das primeiras minas descobertas em Moçambique na região de Nova Coimbra	77
Figura G.3: Localização das primeiras minas descobertas no território da Guiné.	78
Figura H.1: Obus M7,5cm/18 m/940	79
Figura H.2: Obus R 10,5cm/28 TR m/941	80
Figura H.3: Obus K 10,5cm/28 TR m/941.	81
Figura H.4: Obus K 15cm/30 m/941.....	83
Figura H.5: Obus 8,8cm/18 m/943 e respectivo atrelado de munições.	85
Figura H.6: Obus 14cm m/943	86
Figura H.7: Peça 11,4cm m/943	87
Figura I.1: Doner Do - 27	87
Figura I.2: Alouette III.....	88

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 4.1: Forças Militares previstas para os territórios Ultramarinos pelo Decreto-lei de 28 de Abril de 1958 antes do início da guerra.	29
Tabela 5.1: Peças e Obuses de Campanha ao serviço da AC na Guerra do Ultramar.....	33
Tabela H.1: Características do Obus M7,5cm/18 m/940	81
Tabela H.2: Características do Obus R 10,5cm/28 TR m/941	82
Tabela H.3: Características do Obus K 10,5cm/28 TR m/941	83
Tabela H.4: Características do Obus K 15cm/30 m/941.....	84
Tabela H.5: Características do Obus 8,8cm/18 m/943	85
Tabela H.6: Características do 14cm m/943	86
Tabela H.7: Características da Peça 11,4cm m/943	87

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A

A/C	Acção de Conjunto
A/D	Apoio Directo
AA²	Antiaéreo (a)
AC	Artilharia de Campanha
ACE	Artilharia de Corpo de Exército
AI	Aluno
Asp	Aspirante

B

BAC	Bateria de Artilharia de Campanha
Brig	Brigada
bf	Bocas de Fogo
Btrbf	Bateria de Bocas de Fogo

C

C²	Comando e Controlo
CAF	Coordenador/Coordenação de Apoio de Fogos
CE	Corpo de Exército
COIN	Conterinsurgency

CTm Companhia de Transmissões

D

Div Divisão

E

EA^{F1} Elemento de Apoio de Fogos

EME Estado Maior do Exército

F

FA¹ Força Aérea

FA² Forças Armadas

FAP Força Aérea Portuguesa

FLEC Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda

FRELIMO Frente de Libertação de Moçambique

G

GAC Grupo de Artilharia de Campanha

GB Goniómetro-Bússola

H

H Hipóteses

HC Granada de Fumos

I

In Inimigo

M

MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola

N

NF Nossas Forças

NT Nossas Tropas

O

OAv Observador Avançado

OAF Oficial de Apoio de Fogos

Op Operação

P

PAIGC Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde

PO Posto de Observação

PC Posto de Comando

PCT Posto Central de Tiro

Q

QC Questão Central

QD Questão Derivada

R

R/F	Reforço de Fogos
RA	Regimento de Artilharia
RLA	Radar de Localização de Armas

S

SHORAD	Short Range Air Defense (Defesa Antiaérea a Curta Distância)
---------------	--

T

TCA	Taxa de Consumo Autorizado
TDD	Transferidor de Direcções e Distâncias
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TO	Teatro de Operações
Topo	Topografia
TPF	Transmissões Por Fio
TPOA	Tirocínio para Oficial de Artilharia
TTG	Tábua de Tiro Gráfica
TTN	Tabela de Tiro Numérica

U

UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
--------------	---

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito do Tirocínio para Oficial de Artilharia (TPOA), aliado à necessidade de capacitar os seus alunos de uma formação científica baseada na competência de pesquisa e investigação, subordinado ao tema **“O Emprego da Artilharia na Guerra Subversiva de África”**.

Desta forma, este trabalho tem como principal objectivo, a aplicação do método científico na análise das Campanhas de África, nomeadamente, quanto ao emprego da Artilharia de Campanha (AC) no Teatro de Operações¹ (TO) de Angola, Guiné e Moçambique.

Estamos cientes que o tema não se resume apenas ao presente trabalho, contudo, a análise documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas, troca de opiniões e experiências, e a análise que lhe é inerente, constituem uma mais-valia para a nossa contínua formação.

1.2 ENQUADRAMENTO

O presente trabalho está dirigido para o estudo do emprego da AC nas Guerras de África, contudo, devido ao vasto período temporal que o tema abrangia, houve a necessidade de o limitar à Guerra do Ultramar, mais especificamente nos TO de Angola, Guiné e Moçambique, compreendido entre os anos de 1961 a 1974.

¹ Vide Glossário.

Estando o trabalho delimitado e centrado num objectivo possível de alcançar para o tempo de elaboração do TIA, estamos em condições de poder dar início ao estudo e procurar dar resposta à problemática inicial que assenta na Questão Central (QC): “**Como pode o emprego da AC na Guerra do Ultramar ser analisado à luz dos princípios da Guerra Subversiva?**”.

1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O actual ambiente operacional caracteriza-se por um Teatro de Operações (TO) onde a guerra subversiva está presente, proliferando actualmente inúmeros estudos e artigos acerca das operações COIN (Counterinsurgency). Parece-nos assim oportuno analisar o emprego da AC na Guerra de África, mais concretamente nas campanhas do Ultramar, estabelecendo paralelismos com os vários teatros do actual Ambiente Operacional onde este tipo de operações está em curso.

Esta temática apesar de já anteriormente trabalhada, vem levantar algumas questões sobre o emprego da Artilharia em TO ditos não - convencionais, juntamente com as carências e limitações próprias deste ambiente, questões estas que se aplicam na actualidade tendo de ser analisadas de forma a identificar paralelismos e lacunas ainda existentes no emprego da Artilharia em TO semelhantes, ou com as mesmas características.

O trabalho que se segue pretende contribuir, ainda que de uma forma modesta, para dar a conhecer a forma como era empregue a AC na Guerra do Ultramar, e as dificuldades com que os artilheiros se deparavam.

1.4 OBJECTO DA INVESTIGAÇÃO

O objecto de investigação deste TIA é descrever o emprego da AC portuguesa na Guerra do Ultramar, funcionando esta como sistema de Apoio de Fogos² da Manobra, que contribui para o potencial da força.

² Vide Glossário.

1.5 OBJECTIVOS

De forma a dar resposta ao problema formulado, que assenta na QC, é fundamental estudar como foram empregues as Unidades de AC do Exército Português na Guerra do Ultramar na década de 60 a 70 nos TO de Angola, Guiné e Moçambique.

Para tal definiram-se as seguintes Questões Derivadas (QD):

- Q.D.1 A doutrina de emprego das Forças nos actuais conflitos pode ser enquadrada na doutrina de guerra Subversiva?**
- Q.D.2 Qual o papel doutrinário da AC na Guerra Subversiva?**
- Q.D.3 Quais as características da Guerra do Ultramar?**
- Q.D.4 Como se caracteriza o emprego da AC na Guerra Subversiva do Ultramar?**

Para tornar possível o objectivo supracitado houve a necessidade de estabelecer previamente um conjunto de hipóteses (H), que poderão ser confirmadas na sua totalidade, parcialmente confirmadas, ou verificada a sua negação.

- H.1 Os actuais conflitos podem ser classificados no espectro das Operações Militares.**
- H.2 A AC funciona como elemento de Apoio de Combate fundamental para o potencial de combate da Força.**
- H.3 A Guerra do Ultramar pode equiparar-se a uma Guerra do tipo Subversiva.**
- H.4 A AC foi empregue na Guerra Subversiva do Ultramar.**

1.6 METODOLOGIA

O presente TIA teve como base de construção e metodologias aplicadas o Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada (Sarmiento, 2008).

A metodologia foi baseada na investigação histórica, envolvendo consulta e tratamento de fontes primárias impressas e outras fontes textuais e iconográficas, complementadas

com uma pesquisa descritiva em livros, revistas e publicações periódicas referentes ao tema, manuais de doutrina³ do Exército, documentos online e também a dissertações de mestrado de autores que de certa forma abordam a temática em estudo no presente trabalho. Como termo de comparação às fontes supracitadas, foram elaboradas entrevistas exploratórias a militares que prestaram serviço no Ultramar, visando retirar testemunhos de tradição oral.

A recolha de informação foi efectuada junto de Arquivos e Bibliotecas Militares, museus e revistas da especialidade presentes na Biblioteca da Academia Militar.

1.7 MODELO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

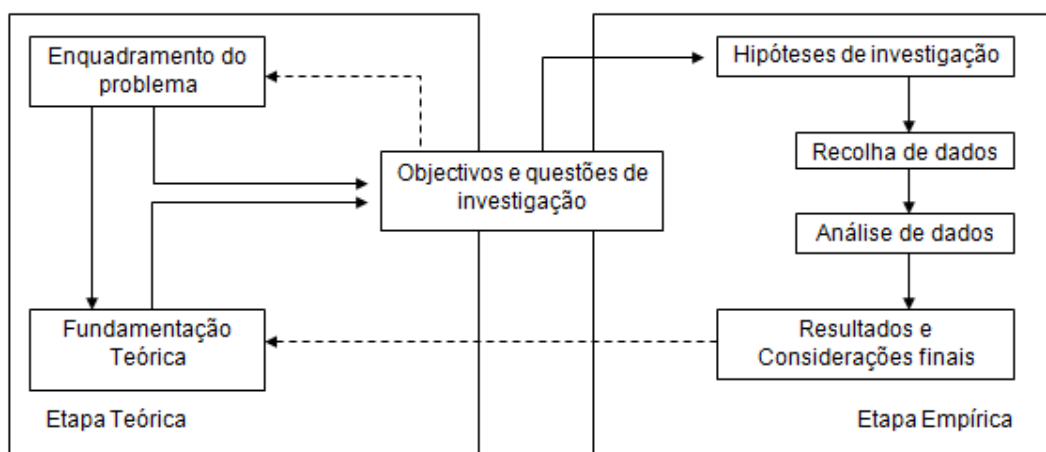


Figura 1.1 Síntese do modelo de Investigação Global do TIA.

Fonte: Adaptado de Reis (2010,p.59).

1.8 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

O presente trabalho é constituído por seis capítulos, em que o primeiro capítulo é a Introdução, e os quatro seguintes capítulos de desenvolvimento do tema, terminando com o sexto capítulo que são as respectivas Considerações Finais.

³ Vide Glossário.

Relativamente ao Capítulo 2, procede-se à análise dos fundamentos da Guerra Subversiva, delimitando os seus objectivos e características, qual analisamos as características dos actuais conflitos de forma a verificar paralelismos.

No Capítulo 3 analisamos a missão e responsabilidades da AC⁴ na Guerra Subversiva e o seu consequente Emprego Tático em TO com características de subversão.

Consequentemente passamos para o Capítulo 4, em que o objectivo é analisar a Guerra do Ultramar propriamente dita, começando por enquadrar o surgir da Guerra e a sua evolução nos três TO em questão. Deparamo-nos também com a necessidade de aprofundar as principais variantes do Ambiente Operacional, ou seja, Inimigo (In), Nossas Forças (NF), e aspectos físicos do TO de Angola, Guiné e Moçambique.

No último capítulo de desenvolvimento do tema, o Capítulo 5, analisamos principalmente a realidade vivida no terreno pelas unidades de Artilharia. Neste é descrito o material que estava ao serviço e a forma como era efectuado o Apoio de Fogos às unidades de manobra.

Por fim são apresentadas no Capítulo 6 as Considerações Finais, onde procuramos dar resposta à Questão Central, Questões Derivadas e verificar a validade das hipóteses levantadas. No caso de a hipótese não se confirmar, são apresentadas algumas propostas que visam a reflexão sobre as lacunas encontradas no decorrer do estudo.

⁴ Vide Glossário.

CAPÍTULO 2

ENQUADRAMENTO DOUTRINÁRIO DA GUERRA SUBVERSIVA

2.1 NATUREZA E FUNDAMENTOS DA GUERRA SUBVERSIVA

2.1.1 CONCEITO DE GUERRA SUBVERSIVA

São inúmeras as guerras que ao longo dos tempos podemos considerar como sendo guerras de carácter subversivo, desde as guerras de Viriato contra as forças Romanas de ocupação, assim como a própria Revolução Francesa, a guerra da Independência Americana, e num caso mais próximo a luta da população Ibérica contra as Invasões Francesas. Assim a definição estabelecida de Guerra Subversiva engloba uma variedade muito grande de conflitos que segundo EME (1966, Vol.1, Cap.1, p.1), se traduz numa:

“...luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção.”

Esta definição vai abranger uma variedade de conflitos internos, que se vão diferenciar pela natureza da autoridade estabelecida. Quanto ao seu carácter pode esta ser de carácter legítima, ilegítima ou de ocupação. A própria origem do conflito pode variar entre conflitos de causa exclusivamente interna, de causa interna com apoio externo, ou causa interna fomentada essencialmente do exterior (Silva R. d., 1972).

Em conformidade com o apresentado na definição, uma guerra subversiva será sempre uma luta conduzida por um conjunto não especificado de indivíduos, ou seja habitantes pertencentes a um determinado território, podendo ou não ter o apoio externo, com o objectivo de mudar um determinado estado de coisas contra as autoridades de direito estabelecidas no território (Pinheiro J. F., 1963).

Por conseguinte, podemos afirmar que estamos perante um tipo de luta bem diferente daquela travada numa guerra dita convencional, pois esta é travada no interior de um determinado território e não nas fronteiras de um país inimigo, sendo travada pela população e não pelas Forças Armadas, situação que nos leva a analisar a forma como actua a subversão visto que se trata de um tipo de luta muito específico e característico (Silva R. d., 1972).

2.1.2 OBJECTIVOS DA SUBVERSÃO

Considerando todos os objectivos e intenções da subversão, é importante referir que o objectivo último da subversão é o de atingir a situação de capitulação⁵ da autoridade estabelecida, com a finalidade de retirar o poder e estabelecer um outro regime. A subversão tem assim um objectivo político, que para o atingir é necessário primeiro alcançar objectivos intermédios, sendo o mais importante a conquista do apoio da população, e como segundo objectivo contaminar os sectores administrativos e militares. À posteriori o movimento de subversão procura o controle de algumas partes do território que servirão como bases ao movimento subversivo, sendo este o seu terceiro objectivo intermédio (Pinheiro J. F., 1963).

A conjugação destes três objectivos intermédios (subversão da população, contaminação dos sectores administrativos e militares e controle das áreas territoriais), vão contribuir para a consecução do objectivo final: a capitulação da autoridade estabelecida.

É de salientar que qualquer um destes objectivos, quando atingidos na sua totalidade, seria o suficiente para conseguir alcançar a capitulação da autoridade estabelecida. Contudo, sabemos que a subversão no seu início é demasiado débil para conseguir esse objectivo na totalidade, pelo que este movimento subversivo procura progredir gradualmente nos três campos de acção (Silva R. d., 1972) .

⁵ Vide Glossário.

2.2 CARACTERÍSTICAS DA GUERRA SUBVERSIVA

2.2.1 A ESTRATÉGIA DA SUBVERSÃO

Independentemente do fundamento da subversão ou do seu apoio externo, não deixamos de ter um aspecto nacional, porque de um lado temos parte da população solidária com o movimento de subversão, enquanto do outro a autoridade estabelecida com o seu poder civil e militar (Pinheiro J. F., 1963).

Sabendo que subversão actua de forma não espontânea, ou seja, existe sempre um organismo clandestino para prepará-la, fazê-la nascer e desenvolvê-la, lançando em simultâneo uma ideologia justificativa de forma a conseguir o apoio voluntário da população e da opinião pública internacional, sendo que nesta fase a propaganda⁶ desempenha um papel fundamental. Na fase preparatória da subversão⁷ esta não dispõe de meios de combate apreciáveis, nem mesmo de um relevante apoio da população, o que a torna claramente numa minoria perante o poder civil e militar do Estado. Por esta razão nunca pretende desenvolver um confronto directo com as forças do Estado, mas sim gradualmente enfraquecer os seus sectores administrativos, sociais e económicos (*Idem*).

Esta acção de desgaste a longo prazo do poder estabelecido visa a criação de condições favoráveis para o apoio efectivo da população, e do ambiente internacional simpatizante e colaborante, capaz de lhe proporcionar apoio material e moral criando ainda maiores dificuldades políticas e económicas ao Estado (*Ibidem*).

A estratégia da Guerra Subversiva, com as suas formas de actuação, está enquadrada no tipo de estratégias indirectas, que são concebidas de forma a compensar a fraqueza dos seus próprios meios militares, optando por desenvolver acções noutros domínios, aliado ao uso de armas e métodos que lhes forem mais favoráveis vão tentar atingir os seus objectivos de subversão. Indo de encontro aos seus objectivos, a Guerra Subversiva é usualmente travada por uma grande quantidade de pequenos confrontos actuando todos de forma variada, o que nos leva a especificar as várias formas de acção da subversão, podendo classificar-se como clandestinas, psicológicas e violentas (EME, 1966, Silva, 1972).

Ao enunciarmos as acções clandestinas, temos de referir que estas visam a criação de uma organização político-administrativa e só à posteriori militar, que se enquadre na

⁶ Vide glossário

⁷ “Fase preparatória da subversão”, descrita como a primeira do total de cinco que caracteriza as fases evolutivas da subversão, vide II.2.2.

população e na totalidade do território. Esta organização cria um conjunto de redes estruturadas de informação, de ligação, agitação e de obtenção de fundos, funcionando como uma espécie de apoio logístico (Pinheiro J. F., 1963).

A criação destas redes deve ser o primeiro passo de qualquer subversão, devendo estas ser especializadas, quer pela sua função⁸, quer pelo seu meio⁹, devendo sempre estas ser integradas por indivíduos seleccionados e organizados em pequenas células mantidas em segredo umas das outras (*Idem*).

As acções psicológicas são outra das formas de acção da subversão, sendo especialmente dirigidas ao indivíduo como pessoa singular, grupo de indivíduos ou à população em geral, tanto no interior do território como no exterior, no sentido de influenciar os seus sentimentos, crenças e opiniões que consequentemente vão mudar as suas atitudes e comportamentos. Assim, podem ser várias as formas de emprego das acções psicológicas, levadas a efeito através da imprensa, rádio, televisão, distribuição de panfletos ou outras publicações clandestinas, ou pelo simples boato, lançado pelos agitadores anteriormente mencionados, que é depois inconscientemente difundido pela própria população (EME E. M., 1966).

Por último, é de referir que as acções violentas podem ser levadas a efeito pela população, em greves, reuniões ilícitas, assuadas e sediações; por indivíduos em acções de puro terrorismo; ou por elemento militarizados mais ou menos organizados, tomando acção em bandos armados de guerrilhas ou forças pseudo-regulares¹⁰. Relativamente às quatro primeiras mencionadas, estas não são propriamente de carácter violento, mas são susceptíveis de o ser, dependendo da sua intensidade e se é ou não necessário o emprego da força para as solucionar (*Idem*).

2.2.2 FASES DA SUBVERSÃO

Todo o processo de subversão, como referido anteriormente, dá-se de forma lenta e progressiva, evoluindo segundo um esquema de cinco fases:

- 1) Fase preparatória
- 2) Fase de agitação

⁸ Caracteriza-se “função” pelo desempenho de acções de informação, agitação, recruta de novos apoiantes, etc.

⁹ Ao mencionar “meio” referimo-nos aos sujeitos a que se destinam as acções, podendo ser camadas dirigentes, operariado, universidades, exercito, etc.

¹⁰ Vide Glossário.

- 3) Fase do terrorismo e guerrilha
- 4) Fase do Estado subversivo
- 5) Fase final

De qualquer modo, não significa que a subversão obedeça sempre a este esquema delimitador de cinco fases, pois quando posto em prática, verificamos a passagem de uma fase para a seguinte sem que tenha sido consolidado o êxito na fase interior, chegando mesmo a haver momentos de sobreposição enquanto não são alcançados determinados objectivos (Silva R. d., 1972).

A preparação da subversão ou *fase preparatória*, pelo menos nos seus inícios mantém-se em segredo, sendo que muitas vezes só se tem conhecimento da mesma quando se verificam os seus resultados. Nesta fase existirá somente uma direcção¹¹ e alguns elementos de enquadramento com a população, designados com a missão de colheita de informações, ligação e agitação que se encontram infiltrados na população a subverter. A pesquisa de informações e o estabelecimento de um “embrião de organização político-administrativo”, que englobe toda a população são prioridades desta primeira fase (EME E. M., 1966).

Deste modo, e voltando a Silva (1972), a criação do ambiente de subversão ou *fase de agitação*, apesar de ainda ter carácter clandestino já não se encontra em segredo, pois manifestações públicas e motins já são visíveis. Existem porém melhoramentos ao nível da organização político-militar e das redes de informação, assim como é visível uma intensa propaganda com o objectivo de levar a população a aderir ao movimento subversivo e obter a simpatia da opinião pública internacional.

É na terceira fase da subversão que se dá a consolidação da organização subversiva ou *fase do terrorismo e da guerrilha* e onde se intensificam as acções violentas. Aqui a acção terrorista vai atingir a sua maior força e os bandos armados iniciam a sua actividade, enquanto a organização político-administrativa cresce de maneira e englobar todo o território e enquadrar a totalidade da população. Esta fase torna-se fundamental e decisiva, pois é nela que se cria um desequilíbrio da população a favor da subversão, que se vierem a existir condições e forem criadas dificuldades às forças de manutenção da autoridade estabelecida, o controle territorial passará para a organização subversiva (*Idem*).

Alcançadas estas três primeiras fases, mesmo que não se verifique na sua totalidade, a subversão entra assim na sua quarta etapa, a *fase do Estado Subversivo*, concretizada

¹¹ Entenda-se “direcção” como elemento coordenador e orientador do movimento subversivo.

pela criação de bases¹² e pela organização de forças pseudo-regulares nas mesmas, podendo ainda verificar-se a criação de um governo rebelde no interior do território, ou mesmo no exterior, dando lugar ao aparecimento do Estado Subversivo (EME E. M., 1966).

Finalmente, depois de consolidadas todas as fases anteriores, o movimento subversivo entra na dita quinta fase, na insurreição geral, ou *fase final*, na qual são criados um conjunto de forças que podem constituir mesmo um exército rebelde, que obtêm o seu apoio nas bases anteriormente criadas, na qual procurarão alcançar de forma progressiva o controle de todo o território, obrigando assim à capitulação das autoridades estabelecidas (Machado, 1966).

2.3 ACTUAIS CONFLITOS

2.3.1 CARACTERÍSTICAS DOS ACTUAIS CONFLITOS

Os actuais conflitos decorrem num ambiente operacional diferente e que tem sido marcado por inúmeras mudanças ao nível local, regional e global, embora estas mudanças tenham possibilitado melhorias e oportunidades de progresso, têm ao mesmo tempo contribuído para a existência de situações de instabilidade que afectam as operações das forças terrestres, influenciando desta forma as decisões do Comandante, para além dos inimigos, adversários, forças amigas e neutras dentro do espectro do conflito é necessário um entendimento do ambiente físico, da política, tecnologia, recursos locais e cultura da população.

A instabilidade e os conflitos podem ter várias causas, que segundo o ME-20-81-00 Operações (2010), se destacam as seguintes:

- A globalização
- A tecnologia
- As alterações demográficas
- A urbanização
- O aumento das necessidades de recursos essenciais

¹² Entenda-se como “bases” a criação de zonas do território onde a subversão tem superioridade perante as forças da Ordem.

- As alterações climáticas e catástrofes naturais
- A proliferação de armas de destruição maciça
- Os Estados falhados

Sendo estas as possíveis causas para o surgimento de atritos entre actores do sistema internacional, e perante o evoluir do ambiente operacional, como refere Romão & Grilo (2008, p7)

“... caracterizado por um conjunto de condições, circunstâncias e influências que afectam o emprego de forças militares e suportam as decisões do comandante, não sendo no entanto imutável, uma vez que varia ao longo do tempo, na região, nas forças envolvidas e nos interesses em jogo. É composto por características físicas, natureza da estabilidade dos Estados, interesses dos Estados, relações entre Estados e regiões, aspectos demográficos, capacidades militares, tecnologia, informação, organizações, vontade nacional e economia.”

As características do actual ambiente operacional aliadas à realidade vivida nos dias de hoje vão influenciar a forma como são empregues as forças no terreno, considerando que apesar de continuarem a existir operações militares dentro de todo o espectro do conflito, ver Figura 2.1, a tendência é que nos tempos próximos as guerras sejam de âmbito limitado e de carácter assimétrico devido ao crescimento de forças irregulares (Romão & Grilo, 2008).

A evolução acima descrita contribui para a alteração das características do espaço de batalha¹³, aplicável a regiões que vão desde as montanhas da Bósnia aos desertos de Iraque e Afeganistão, assim, as actuais forças terão de ser projectáveis para qualquer ponto do planeta, porque segundo o actual conceito de segurança e defesa afastada prevê o combate a organizações terroristas e forças de guerrilhas que perturbem o sistema internacional. O facto de levar o combate à sua origem, tornando-o um conflito assimétrico, proporciona que muitas vezes as forças irregulares procurem protecção nas áreas urbanas e população civil, o que vem complicar a sua identificação, localização e ataques a objectivos (*Idem*).

¹³ É no espaço de batalha que o Comandante tem que aplicar o sucesso, compreendendo os factores e condições onde actua. Isto inclui o espaço aéreo, terrestre, marítima e espacial, forças amigas e In, instalações, condições meteorológicas e informações existentes na área de interesse.

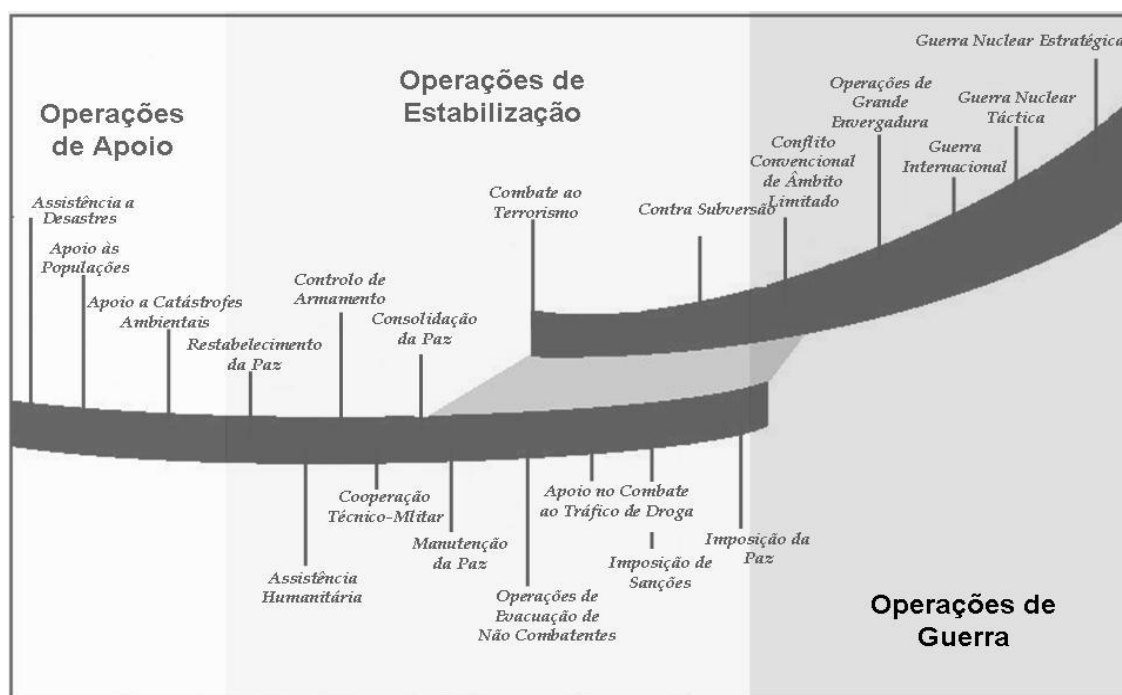


Figura 2.1: Espectro do Conflito e Operações Militares.

Fonte: Romão & Grilo (2008,p.9).

2.3.2 DOUTRINA

Perante esta nova conflitualidade com que os Exércitos se deparam, e mais em particular no caso da subversão, o emprego de forças militares nomeadamente em teatros mais recentes como os do Iraque e Afeganistão, obrigaram a que fosse actualizada a doutrina existente relativa a este tipo de conflito, visto que o último manual fora já publicado há mais de vinte anos, que restringia a aplicação de forças no terreno apenas às forças especiais.

Surge portanto o novo manual, o FM 3-24 (US Army Field Manual) "COUNTERINSURGENCY" que vem estabelecer as mais recentes directrizes referentes às operações de contra-insurreição, na qual recomenda que as operações devam de ser conduzidas num misto de operações Defensivas e Ofensivas, assim como também devem estar presentes operações de Estabilização.

As forças destacadas para a Op para além de possuírem características específicas de combate, devem ter capacidade de reconstruir infra-estruturas básicas, restabelecer serviços públicos, Instituições Governamentais e de Segurança. Este manual vem preconizar também a condução das campanhas por parte das unidades de apoio de

combate e da logística, de forma a torná-las flexíveis para a adaptação aos diferentes cenários.

Apesar de as intervenções militares norte-americanas Pós-Guerra Fria¹⁴ terem conotação de guerras não convencionais, estas têm sido de uma maneira geral postas de parte das políticas de Segurança Nacional e doutrina Militar, pelo que o aparecimento deste manual vem reverter a tendência de exclusão, funcionando como documento orientador do planeamento e execução das operações ao nível de Brigada (Brig), Divisão (Div), e Corpo de Exército (CE) (Pinheiro A. D., 2007).

A maioria dos exércitos do mundo ocidental inclusive a OTAN¹⁵ têm vindo a realizar modificações nos seus documentos doutrinários com base no FM 3-24, não visando apenas a uniformização de procedimentos e técnicas, mas considerando sim a experiência transmitida no documento derivada dos recentes conflitos que os EUA estiveram envolvidos (*Idem*).

2.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

No presente capítulo analisamos o conceito de Guerra Subversiva, nas características que lhe são inerentes, assim como os seus objectivos, estratégias e forma de actuação num ambiente operacional marcado pela globalização, destacando os seus pontos-chave e fases da sua evolução enquanto organização clandestina até ao aparecimento do Estado Subversivo.

Perante a análise das temáticas acima descritas, e comparando opiniões de diversos autores, somos levados a concluir que os conflitos já não decorrem segundo as linhas orientadoras para as quais os Exércitos eram preparados, e que perante de um olhar mais crítico sobre a História, e o desenrolar dos conflitos dos últimos cinquenta anos, concluimos que estes já tinham características subversivas, apesar de não serem considerados como tal. Fruto da experiência e adaptação da antiga doutrina referente aos conflitos convencionais, e na tentativa de ultrapassar lacunas referentes à forma de emprego das forças, surgiram publicações referentes ao emprego específico das forças nas situações de subversão.

¹⁴ Caso do Panamá (1989), Somália (1992-93), Haiti (1994), Bósnia (1995), Kosovo (1999) e os que se transpõem até aos dias de hoje, como o caso Afeganistão (2001) e Iraque (2003) (Pinheiro A. D., 2007)

¹⁵ Organização do Tratado Atlântico Norte, designação Portuguesa da sigla NATO (North Atlantic Treaty Organization).

Perante o constante evoluir dos conflitos, ambiente operacional e espectro das operações, houve a necessidade de adaptação da doutrina existente, assim podemos afirmar que temos assistido a uma “corrida entre duas facções”, a organização subversiva e a autoridade estabelecida ou Exército que lhe faz frente, sendo que a organização subversiva tentará alcançar o seu objectivo último, ou seja, a capitulação da autoridade estabelecida, enquanto esta vai procurar a resolução da guerra com baixas “zero” e reduzindo ao mínimo os danos colaterais.

CAPÍTULO 3

A ARTILHARIA DE CAMPANHA NA GUERRA SUBVERSIVA

3.1 MISSÃO E RESPONSABILIDADES GERAIS DA AC NA GUERRA SUBVERSIVA

Considerando a missão geral da AC na guerra subversiva temos obrigatoriamente de considerar a missão da AC na guerra clássica, “A AC executa fogos de supressão, neutralização e destruição, através dos seus sistemas de armas e integra todo o apoio de fogos nas operações da força” (EME, 2004, 3-1).

Também na guerra subversiva na artilharia tem por missão destruir ou neutralizar os bandos armados ou guerrilhas, dificultando-lhes o reabastecimento a partir dos núcleos de população simpatizantes baixando-lhes assim o moral (Machado, 1966).

Associada à missão geral da AC resultam as suas responsabilidades que segundo Machado (1966, art. 495 p. 209) se sintetizam por:

- (1) *“Apoiar os elementos de manobra com fogos oportunos, próximos e precisos a desencadear contra os elementos de manobra do In.*
- (2) *Executar fogos de contrabateria¹⁶*
- (3) *Dar profundidade de combate, batendo instalações logísticas, reservas, Posto de Comando (PC), Companhia de Transmissões (CTm), etc., executando fogos de acção longínqua e de interdição e flagelação. “*

Considerando um diferente TO como o caso da guerra subversiva as responsabilidades da AC mantêm-se, dando-se preponderância a umas mais que outras, verifica-se que os fogos de contrabateria não se efectivam, salvo raras excepções como o caso dos fogos

¹⁶ Inclui-se nesta designação fogos de contrabateria sobre posições de morteiros inimigos.

sobre posições de morteiros Ln, e o apoio imediato as unidades de manobra é, em geral, pouco frequente, contudo terão especial relevância os fogos de interdição e flagelação, que são destinados a desarticular os sistemas logísticos e as organizações de apoio ao esforço subversivo, de forma a reduzir o seu moral, perturbar o seu repouso e interceptar os seus movimentos, mantendo-os sob a ameaça das baixas causadas pelo tiro (Machado, 1966).

Consideramos que os danos materiais provocados no Ln não serão relevantes devido à própria característica do Ln de se encontrar disperso no TO, mas as repercussões psicológicas obterão grandes efeitos (*Idem*).

3.2 EMPREGO DA AC NA GUERRA SUBVERSIVA

O emprego da AC na guerra subversiva passa pelo estudo das suas possibilidades e limitações, de forma a maximizar o seu rendimento independentemente da tipologia do conflito. A AC foi obrigada a sofrer uma adaptação de forma a fazer frente ao período de subversão que Portugal viveu na década de 60 a 70, já durante o conflito, Silva (1964) e Machado (1966) descrevem, já na altura, uma série de possibilidades e limitações que se transmitem em vantagens e desvantagens da aplicação da AC na guerra subversiva, que se aplicam na sua totalidade aos conflitos mais recentes. Deste modo, confrontando os autores podemos referir as seguintes:

Possibilidades:

- 1) A artilharia pode actuar sob quaisquer condições atmosféricas e de terreno.
- 2) Pode actuar de dia ou de noite, sob quaisquer condições de visibilidade.
- 3) Actua com continuidade, por tempo indeterminado
- 4) Executa fogos precisos, com ou sem regulação.
- 5) Actua de Surpresa.
- 6) Pode sinalizar e iluminar o campo de batalha
- 7) Pode manobrar os seus fogos, por transporte de tiro, com rapidez, em extensas áreas, e executar acções em massa, onde e quando necessário.

- 8) Tem grande flexibilidade de apoio, garantido por transmissões fáceis e íntima ligação com a força apoiada. Assim, um pedido de tiro executa-se em alguns minutos e um levantamento de tiro é de execução quase instantânea.
- 9) Pode executar tiro directo, a pequenas distancias contra o assalto de forças inimigas.
- 10) Têm grande relevância os efeitos psicológicos que se podem obter com o tiro de artilharia.
- 11) O tiro de Artilharia é mais preciso que o bombardeamento de avião, pelo que o fogo de apoio pode ser efectuado mais próximo das nossas tropas.

Limitações:

- 1) Limitada mobilidade, em virtude das dificuldades do terreno e da falta de itinerários.
- 2) Limitada observação, devido ao acidentado do terreno e à densidade da arborização.
- 3) Em algumas regiões, a ausência de dados topográficos e a deficiência de cartas, em escalas convenientes para o tiro, podem ser também uma limitação ao seu emprego.
- 4) Dificuldade em referenciar as guerrilhas In, em virtude dos processos de actuação que utilizam, em formações reduzidas e fluidas, não criando objectivos suficientemente estáveis e localizados com precisão para serem atacados com eficiência pela Artilharia.
- 5) Por vezes, limitada liberdade de colocação de fogos, quando actue em áreas onde haja população In, actividades ou deslocamentos das Nossas Tropas (NT), ou seja danos colaterais.
- 6) Necessidade de garantir às unidades de Artilharia eficazes medidas de segurança, quer em posição quer em marcha, o que leva a incorporar essas unidades com as forças que realizem as operações de contra guerrilha. Como nem sempre é possível essa inclusão, dado o reduzido volume das forças em operações, haverá, necessidade de reforçar as unidades de Artilharia com elementos de segurança.

Não restam dúvidas de que, na guerra subversiva, o maior problema de ordem operacional é saber onde se encontra o inimigo, pelo que é fundamental uma coordenação estreita com as unidades convencionais de reconhecimento e segurança,

tarefa esta atribuída à Infantaria, que no caso do Ultramar, as unidades normais de Infantaria foram transformadas em unidades de Infantaria ligeira, de forma a satisfazer as necessidades de localização das forças inimigas. Apesar de solucionado o problema do reconhecimento, outros problemas surgiram como o caso do potencial necessário para fazer frente à mobilidade própria do guerrilheiro, assim como a sua tática de empenhamento, visto que o guerrilheiro quando empenhado procura sempre evitar qualquer contacto prolongado que possa transformar-se num ataque organizado por parte das forças da ordem (Fernandes L. T., 1970).

A problemática levantada anteriormente tem repercussões no emprego do subsistema Apoio de Fogos, mais concretamente a Artilharia, ou seja, um plano completo de coordenação da manobra com o apoio de fogos levaria tempo considerado excessivo para a sua realização, pois quando as unidades de tiro de Artilharia estivessem prontas a executar tiro sobre as posições In estas já teriam rompido o contacto com as NT (*Idem*).

A fluidez das operações, assim como a rápida evolução da situação táctica, vai impor que o Comandante da Artilharia tenha de estar permanentemente preparado para apoiar qualquer força empenhada, mesmo que esta se encontre distante do centro de gravidade da operação. Temos ainda que salientar que a Artilharia é muitas vezes a única fonte de apoio de fogos disponível no momento¹⁷ e que o seu emprego com a devida eficácia tem um efeito desmoralizante sobre as forças In. Para tal devem ser previstos fogos de Artilharia precisos e oportunos de forma a apoiar operações ofensivas tal como golpes de mão¹⁸ ou patrulhas, não podendo ser deixadas de parte a defesa a pontos sensíveis e instalações que constituir objectivos para as guerrilhas (*Ibidem*).

Considerando ainda a limitação acima referida, relativa aos danos colaterais provocados pelas munições de Artilharia, e deste modo, fazendo a ponte para a actualidade onde a preocupação com os danos colaterais são cada vez mais uma constante, leva-nos a concluir que este tipo de situação veio obrigar a Artilharia a desenvolver munições que pelas suas características, tenham maior precisão, e que estejam disponíveis ao mais baixo escalão, ou seja atribuídas já às bf para que sejam empregues em tempo útil (Silva, Coelho, Simões, Pimpão, & Lima, 2008).

¹⁷ O apoio aéreo nem sempre se encontra disponível, para além das condições meteorológicas e da existência ou não da superioridade aérea favorável ao apoio da força, o tempo de resposta poderá não ser o mais viável para exercer este tipo de apoio.

¹⁸ Vide Glossário.

3.3 EMPREGO TÁCTICO

3.3.1 ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE

Ao considerar o emprego tático que melhor se adaptará à tipologia das operações de guerra subversiva na sua fase inicial será o escalão Bateria (unidade mínima), com reforço de pessoal e material, uma equipa de Topografia, uma equipa de Observação Avançada e mais elementos de Transmissões. Esta organização permite-nos actuar de uma forma descentralizada ou centralizada sempre que necessário e que a envergadura da operação assim o justifique, ou seja, o comandante da força obtém uma acção centralizada pela reunião de várias Baterias sempre que pretenda um aumento de volume de fogos (Silva A. M., 1964).

À medida que a guerra insurreccional for evoluindo poder-se-á admitir a utilização de unidades de maior escalão. Então caminharemos para a utilização de Grupos de Artilharia como o previsto na guerra convencional. Não obstante, mas de forma a fazer frente a um In fugaz e não apegado ao terreno, podemos ver a AC a ser aplicada de forma descentralizada, em pequenas unidades, baterias em geral, ou mesmo em Pelotões de bf isolados (Machado, 1966).

Caso se justifique o emprego tático acima referido, este terá de ser por curtos períodos de tempo, e em tais casos, as Baterias ou Pelotões terão ainda de ser reforçados com elementos de segurança e direcção de tiro¹⁹ (Fernandes L. T., 1970).

3.3.2 AS INFORMAÇÕES

Ao falarmos de Guerra Subversiva, deparamo-nos com o “enfrentar do desconhecido”, por parte da autoridade estabelecida do território em questão. Assim é de extrema importância ter conhecimento do maior número de informações, sobre tudo o que possa ser útil para prever os próximos movimentos da subversão, já que as informações sobre o In e o terreno são deficitárias (Silva A. M., 1964).

De forma a combater as deficiências sobre a função “Informações”, as Equipas de Observação e de Topografia deverão acompanhar as patrulhas da unidade Apoiada, de forma a melhor conhecer a Zona de operações e realizarem os pedidos com maior precisão, já que se encontram com a unidade a ser apoiada (*Idem*).

¹⁹ Entenda-se a criação de um Posto Central de Tiro (PCT) por Pelotão.

Todas as informações referentes a zonas de posição, pontos notáveis, possíveis objectivos, itinerários, habitações, zonas restritas ao tiro, etc., devem ser transmitidas às unidades de tiro o mais cedo possível, de forma a serem processadas, localizadas e marcadas na prancheta de tiro. Esta acção tem como finalidade complementar os deficitários levantamentos topográficos existentes normalmente nos TO em estudo, como o caso dos TO Ultramarinos mais á frente estudados (*Ibidem*).

Sempre que possível deverão existir reuniões entre o oficial de Informações da Força e o Comandante da bateria que esta em Apoio à Força para troca de informações ou actualizações das já existentes. Também a componente aérea nunca deve ser desprezada, quer para observação e vigilância da zona de operações, quer para regulação prévia do tiro, ou mesmo quando este funciona com PC aéreo (*Ibidem*).

3.3.3 SEGURANÇA DAS UNIDADES

Considerando as próprias características da Artilharia, peso e tamanho, esta torna-se vulnerável durante os seus deslocamentos, entradas e saídas de posição, apesar de a sua vulnerabilidade diminuir uma vez organizada a sua posição é evidente que esta continua a não dispor da totalidade do pessoal e meios orgânicos para assegurar a sua defesa imediata (Silva A. M., 1964).

De forma a ser ultrapassada a limitação quanto à defesa imediata, deve para isso ser mantida uma estreita relação com as unidades de Infantaria de forma a garantir um apoio mútuo entre elas, assim como o emprego em abundância de meios de defesa passiva²⁰, assim como a possível previsão de zonas In, contudo, quando se verifica a insuficiência de orgânicos, o Comandante deve procurar meios de defesa adicionais junto da Unidade que esta a ser apoiada (*Idem*).

No que diz respeito à defesa das unidades de Artilharia nos deslocamentos, a situação é um pouco problemática, pois é onde esta se torna mais vulnerável, portanto tudo passa pela criação de medidas de segurança das quais podem ser, a atribuição de uma escolta durante o deslocamento, normalmente um escolta por bateria, a defesa fixa do itinerário pela ocupação dos pontos mais propícios a ser feita uma emboscada, pela patrulha do itinerário com a devida antecedência e por ultimo a protecção aérea (*Ibidem*).

²⁰ São exemplos de defesa passiva as redes de arame farpado, sensores de movimento e de som, assim como a montagem de armadilhas.

3.4 APOIO DE FOGOS

Considerando a forma de actuação das guerrilhas que optam por escolher a sua zona de acção onde as próprias características do terreno limitem o movimento das viaturas, de forma a reduzir o emprego generalizado das armas de apoio por parte das forças da ordem, assim desta forma, as forças de guerrilha conseguem colocar-se ao abrigo dos efeitos das armas pesadas como o caso dos CC e da Artilharia, que carecem de boas vias para os seus deslocamentos, situação que temos vindo a desenvolver ao longo deste trabalho (Silva A. M., 1964).

De forma a fazer frente à guerrilha para além dos habituais fogos de apoio, devem ser planeados fogos específicos para operações de contra-guerrilha, estes planos de fogos apesar de não serem totalmente inovadores, sofrem algumas modificações relativas aos utilizados na guerra convencional, em que, comparando vários autores, devem ser considerados os planos de fogos presentes em Apêndice²¹.

Os planos de fogos enumerados em Apêndice devem ser aplicados consoante a finalidade que se pretende obter, visto a sua aplicação não se encontrar estritamente definida para esta tipologia de conflito assimétrico (*Idem*).

Apesar dos planos de fogos descritos anteriormente serem vocacionados para o emprego na guerra de guerrilha, estes podem ser comparados com as actuais técnicas de planeamento de fogos de AC, que se encontram descritas no Anexo E do Manual de Tática de Artilharia de Campanha²².

3.5 SÍNTESE CONCLUSIVA

Consideramos para efeito do estudo deste capítulo a doutrina existente na época em questão, ou seja década de 60\70, não obstante, surgiu a necessidade de fazer ligação com pensamentos e ideias mais actuais de forma a determinar as suas diferenças e semelhanças com a doutrina da actualidade, para tal, e antes de analisar o caso Português, mais concretamente na guerra do Ultramar.

²¹ Vide Apêndice A: Planos de Fogos Previstos para a Guerra Subversiva

²² Vide Anexo E: Técnicas de Planeamento de Fogos de AC.

Pelas diferenças e semelhanças encontradas no emprego da AC na guerra subversiva e pela comparação de diferentes autores, chegamos a um conjunto de possibilidades e limitações características do emprego da AC, das quais a falta de conhecimento da localização das guerrilhas e o facto de estas estarem em constante movimento impossibilitava a criação de objectivos estáveis de modo a serem batidos com eficiência.

Portanto não restam dúvidas de que na guerra subversiva a maior dificuldade é saber onde se encontra o In, contudo, a mudança no emprego tático da AC, mais concretamente, a organização para o combate, a obtenção de informações, a segurança das unidades e a mudança nos planos de fogos previstos, vieram trazer à Artilharia alguma vantagem.

Foi ainda considerado o evoluir dos conceitos de emprego da AC nas operações COIN (Conterinsurgency), que demonstram a importância da existência de uma doutrina comum e uma melhor coordenação entre os vários ramos das FA².

.

CAPÍTULO 4

A GUERRA SUBVERSIVA DO ULTRAMAR

4.1 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA GUERRA DO ULTRAMAR

4.1.1 O SURGIR DA GUERRA

Os primeiros sintomas de que algo estaria para acontecer relativamente à situação das províncias Ultramarinas, acontecem já em 1955 assim que Portugal é admitido na ONU. Ao abrigo do artigo 73º da Carta da ONU²³ o secretário-geral desta organização endereçou a Portugal uma missiva na qual perguntava se o país possuía territórios não autónomos. A resposta de Portugal à missiva apresentada foi negativa, como afirma Ferreira (2010, p.44):

“A resposta foi negativa e baseia-se no pressuposto constitucional (...), segundo o qual todos os territórios ultramarinos estavam integrados na nação portuguesa e eram independentes com a própria nação.”

Contudo, a Assembleia Geral da ONU não entendeu da mesma forma, que considerou que o ultramar português era constituído por colónias, chamando a si o direito de determinar o estatuto desses territórios.

Desta forma dava-se início a uma sucessiva apresentação de projectos de resolução contra Portugal, liderados pelos blocos comunista e afro-asiáticos, que durou até 1974, ao qual o governo de Lisboa mantinha uma posição firme, apresentando uma resposta baseada em vários argumentos, dos quais, o facto de Portugal se ter apresentado como um Estado uno e a sua constituição não ter sido impugnada, e apresentando a estrutura política e social da sociedade portuguesa repudiando a discriminação social (Fernandes, Ferreira, Matos, Teixeira & Telo 2004; Ferreira, 2010).

²³ Vide Anexo C: Declaração Relativa a Territórios não Autónomos

Esta argumentação serviu como atenuante até 1960, contudo, com a entrada de países “recém-independentizados” (Ferreira, 2010, p.45) do continente africano e asiático, a maioria dos votos da Assembleia Geral da ONU passou a ser desfavorável a Portugal, o que fez com fossem aprovados textos que exigiam a independência dos territórios Ultramarinos (*Idem*).

Apartir deste momento a escalada da violência fez-se sentir dentro dos territórios Ultramarinos o que levou ao desenrolar da Guerra Subversiva para a independência das colónias, situação apresentada em Anexo²⁴.

4.1.2 A EVOLUÇÃO DA GUERRA NOS TO DE ANGOLA, GUINÉ E MOÇAMBIQUE

O evoluir da guerra não se verifica de forma semelhante nos três TO em análise. Em Angola, o primeiro a sentir a problemática da subversão, principalmente na região norte, obrigou a uma maior concentração do dispositivo militar português na região de Dembos e junto à fronteira norte. Não tardou que a subversão se estendesse para sudeste, muito devido ao facto de em 1966 a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) ter iniciado a sua actividade e do deslocamento do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) para sudeste do território (Ferreira, 2010; Nunes A. L., 2010).

Com o avançar do movimento de subversão, houve necessidade de reforço do dispositivo militar, que se estabeleceu com sede na cidade de Luso, conseguindo desta forma garantir cobertura à região do Cuando e Cazombo. Nas restantes parcelas do território não se verificaram significativas actividades de guerrilha, apenas em Cabinda, devido à pouca extensão territorial e interesses petrolíferos, actividades que, com o passar do tempo, reduziram de intensidade por parte da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) e MPLA (Cann, 2005).

O conflito na Guiné foi, para vários autores, a mais dura luta armada que Portugal viveu no Ultramar, destacando Ferreira (2010, p.228):

“A luta na Guiné foi sem dúvida, a mais dura de todas. As razões prendiam-se, desde logo, com as reduzidas dimensões do território, bem como a sua hidrografia, o clima e a permeabilidade das suas fronteiras. ”

²⁴ Vide Anexo D: Patamares da Guerra Subversiva de África.

Apesar das razões acima descritas, outros factores dificultaram o combate naquele território, nomeadamente o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) dispôr de melhor armamento e treino em operações militares do que as forças subversivas de Angola e Moçambique, sendo que devido à permeabilidade do território era possível aos guerrilheiros retirarem para países vizinhos apoiantes da causa subversiva²⁵, para reabastecimento e reorganização. Foi ainda destes países vizinhos que surgiram a maior parte das acções terroristas dentro do, então, território Português. Consequências disto, foram a aplicação de um maior número de tropas Portuguesas e consecutivamente um maior número de baixas.

Ao contrário do sucedido em Angola, o território da Guiné fora na totalidade atingido pela guerrilha, com excepção do arquipélago dos Bijagós²⁶.

Há que considerar que neste território a Armada Portuguesa desempenhou um papel fundamental devido à maior aplicação da sua força de fuzileiros e ao patrulhamento dos rios e acções logísticas. Ainda dentro da aplicação de outros ramos das FA², a FA¹ perdeu a supremacia aérea que dispunha até então, devido ao aparecimento dos mísseis SAM 7 Strella em 1973 (Ferreira, 2010).

Como consequência da perda de supremacia aérea, aumentaram os ataques de grande violência a aquartelamentos do Exército, sendo mesmo necessária a evacuação de um destes aquartelamentos, com repercussões negativas a nível psicológico na NT. No final ainda do ano de 1973, mais concretamente a 24 de Novembro, o PAIGC declarava independência da Guiné na área de Medina do Boé (*Idem*).

Relativamente ao território de Moçambique, a situação vivida não seria muito diferente da dos restantes territórios ultramarinos, tendo a guerra começado em 1964 com intensas acções psicológicas por parte da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que com este método conseguiu espalhar o terror e obrigar a população a aderir ao movimento subversivo²⁷ contra Portugal. Desta forma, a revolta viria a espalhar-se por todo a área da etnia Maconde, resistindo com excepção o sul de Moçambique²⁸ (Jornal "O Clarão", 1971).

²⁵ Vide 3.2.1 Inimigo.

²⁶ O Arquipélago dos Bijagós situa-se ao largo da Guiné-Bissau, constituído por 88 ilhas, sendo cerca de 20 as que são habitadas, considerada a única porção de território da Guiné-Bissau que não foi atingida pela guerra.

²⁷ A FRELIMO fizera a promessas de que a vitória sobre Portugal seria rápida e fácil, levando o povo Maconde a aderir á revolta, aqueles que se opunham e resistiam ao movimento de subversão eram brutalmente espancados e assassinados.

²⁸ A etnia Macua manteve-se fiel a Portugal, que constituiu uma valiosa barreira ao movimento subversivo que tendia a espalhar-se para Sul.

Apraz apenas salientar que devido à grande distância que separava o Norte do Sul de Moçambique, o Comando Português no território opta por estabelecer base na região de Nampula, permitindo apoio a operações tanto para Norte como para Sul, o estabelecer deste comando avançado nesta região permitia ainda dificultar a infiltração das guerrilhas dentro das zonas com elevada densidade populacional (Ferreira, 2010).

Veio ainda a decorrer no território de Moçambique, umas das maiores operações militares executadas pelas FA² Portuguesas, estamos a referir-mo-nos à Operação Nó Górdio²⁹, que veio a decorrer no chamado Planalto dos Macondes, distrito de Cabo Delgado (*Idem*).

4.2 ASPECTOS HUMANOS DO TEATRO DE OPERAÇÕES

4.2.1 INIMIGO

Ao considerarmos os meios humanos do inimigo, que se materializam pelos movimentos subversivos que combatiam a presença política de Portugal nas províncias Ultramarinas há que referir que estas nunca tiveram uma força muito numerosa, bem treinada ou mesmo sequer com uma liderança forte, mas apesar de o seu armamento e apoio logístico serem rudimentares, no início, este foi evoluindo até que por volta da década de 70 esta já apresentava alguma sofisticação (Ferreira, 2010).

Considerando como exemplo a província da Guiné, perto do final da guerra, as forças do movimento de subversão já possuíam carros blindados do tipo PT 76 de origem soviética, assim como foguetes 122mm e mísseis SAM 7 Strella³⁰. Apesar desta evolução considerável em termos de material, estes movimentos nunca teriam sobrevivido se não tivessem obtido apoio externo, tanto de países que faziam fronteira com as províncias ultramarinas, como de potências externas que apoiaram o movimento subversivo sobretudo a URSS, a China comunista, assim como mais países influenciados pelo pensamento marxista, dos quais o Bloco de Leste, o Egipto, a Argélia e Cuba (*Idem*).

O apoio destes funcionava para além dos bens materiais, pois os países com fronteira comum aos territórios portugueses, funcionavam como santuários para as forças de guerrilha, onde estabeleciam as suas sedes de movimento, campos de treino e zonas de

²⁹ Operação conduzida pelo Comandante-chefe, o General Káulza de Arriaga, que viria a envolver os vários ramos das FA, onde estiveram envolvidos cerca de oito mil militares.

³⁰ Vide Anexo F: Mísseis Strella.

tratamento de feridos, para além de lhes permitir terem total liberdade de movimentos para a criação de novas bases e pontos de infiltração nos nossos territórios. Para além do material e apoio fornecido por estes países, estes chegaram mesmo a enviar instrutores com o intuito de treinar as guerrilhas para fazer frente as NT. Estes instrutores eram na sua maioria russos, chineses e cubanos³¹ que raramente se atreviam a transpor a nossa fronteira. Além do apoio dos instrutores, muitos dos combatentes e dirigentes das forças de subversão frequentaram diversos cursos na URSS, nos países da Cortina de Ferro e na China (Cann, 2005) e (Ferreira, 2010).

Devido aos fracos recursos militares e à sua fraca experiência e treino como combatentes, as forças do movimento subversivo foram obrigadas a adoptar táticas de guerrilha, visto que em confronto directo com as NT não teriam equivalência. Assim e desta forma a única maneira de igualar o potencial às NT seria tirar o máximo proveito do terreno que lhes era bem familiar e muito desfavorável para o emprego convencional das NT (Costa R. d., 1970).

Considerando o apoio dado pela população, há que referir que este era conseguido, na maioria das vezes, com ao recurso ao terror, controlando zonas em que o enquadramento militar e administrativo das autoridades nacionais se fazia menos sentir, maneira pela qual eram, muitas vezes, conseguidos os seus géneros, pois as guerrilhas devido ao seu deficiente apoio logístico tinham de sobreviver com o pouco que conseguiam transportar e obter (*Idem*).

Apesar do material que as guerrilhas tinham ao seu dispôr, estas tinham grandes dificuldades em introduzi-lo dentro do território ultramarino, porque a juntar ao facto de não possuírem meios de transporte para o material, as linhas de comunicação eram de grande extensão, sempre que queriam atingir um objectivo remunerador, desta forma a possibilidade de serem emboscadas ou detectadas por meios aéreas das NT era muito elevada (Ferreira, 2010).

A actuação do movimento subversivo nos territórios Ultramarinos, de um modo geral, caracteriza-se pela intimidação da população, pela organização de emboscadas a colunas militares, tanto de forças como de reabastecimentos, situação que se fazia sentir com alguma frequência, visto que o ataque a aquartelamentos das NT apenas acontecia com alguma raridade. Contudo, as guerrilhas desenvolveram acções de montagem de minas e armadilhas nas principais vias de comunicação e trilhos, com graves

³¹ Caso do Capitão Cubano Peralta, ferido e capturado no Sul da Guiné por um grupo de Combate de tropas pára-quedistas.

repercussões para a população residente e para as NT³². Ainda hoje, passados mais de trinta anos, são uma enorme dor de cabeça para a população e para as equipas de desminagem³³ (*Idem*).

4.2.2 NOSSAS FORÇAS

Portugal dispunha de um reduzido efectivo militar nos territórios ultramarinos antes do desenrolar da guerra. Pelo que a 28 de Abril de 1958, com um decreto-lei de remodelação orgânica militar de Angola e Moçambique, previa a reunião das Companhias em unidades de escalão superior, Regimentos para a Infantaria e Grupos para a Artilharia e Cavalaria para que fosse possível estabelecer uma divisão territorial para as forças do Exército, adaptada à divisão administrativa, com o nome de circunscrições militares.

As forças militares previstas para Angola, Moçambique e Guiné estão descriminadas na Tabela 4.1, sendo que a realidade nos três territórios em 1961 era de uma quase ausência de forças militares. Situação que viria a ser alterada com o decorrer do conflito.

Unidades	Angola	Moçambique	Guiné
Comando	Quartel-general	Quartel-general	Quartel-general
Infantaria	3 Regimentos	3 Regimentos	4 Companhias
AC	3 Grupos	3 Grupos	1 Bateria
AAA	1 Grupo	1 Grupo	
Artilharia de Costa	2 Baterias	1 Baterias	
Artilharia de Guarnição		1 Baterias	
Cavalaria	1 Grupo	1 Grupo	
Engenharia	1 Batalhão	1 Batalhão	

Tabela 4.1: Forças Militares previstas para os territórios Ultramarinos pelo Decreto-lei de 28 de Abril de 1958 antes do início da Guerra.

Fonte: Adaptado de Afonso & Gomes (2010, p.13).

³² Vide Apêndice G: Primeiras Minas Encontradas

³³ Caso de Angola em que 34 mil e 236 minas anti-pessoal foram removidas e destruídas de 1996 a 2010, pelo Instituto Nacional de Desminagem (INAD), foram ainda retiradas 14.677 minas anti-tanque e 107.324 engenhos explosivos não detonados em 16 províncias de Angola. (Agência Angola Press , 2011)

4.3 ASPECTOS FÍSICOS DO TEATRO DE OPERAÇÕES

Como parte integrante do Ambiente Operacional e do problema tático com que as FA² Portuguesas se depararam, é fundamental caracterizar os aspectos físicos dos TO. de Angola, Guiné e Moçambique. Analisando a sua posição geográfica, relevo e características generalizadas sobre a vegetação relativa aos TO em questão.

4.3.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL DE ANGOLA

Angola, na costa ocidental de África possui fronteiras com a Republica Democrática do Congo, Zâmbia, Namíbia e com o Oceano Atlântico. Possui uma extensão de 1,246,700 km² e apresenta duas estações do ano, ou seja, a estação seca, entre Maio e Agosto e a das chuvas, entre Outubro e Abril. Composto por um planalto no interior de clima húmido, savana no interior sul e floresta tropical a norte (CIA, 2011; Nunes A. L., 2010).

4.3.2 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL DE GUINÉ

A Guiné, localizada na costa ocidental de África, faz fronteira com Guiné-Conacré, Senegal, Mali, Costa do Marfim, Serra Leoa, Libéria e Oceano Atlântico é detentora de uma superfície de 245,857 km², sendo que periodicamente esta área fica reduzida devido às marés. Esta área periodicamente coberta pelo mar, está revestida por mangais e “tarrafo”. As suas fronteiras não se apoiam em obstáculos naturais mas advêm da Convenção Luso-Francesa de 1905, sendo que só em 1933 é que ficaram efectivamente delimitadas pela colocação de marcos fronteiriços.

Maioritariamente plana nas regiões costeiras, mas com algumas elevações, a tender para o montanhoso no interior. Relativamente à vegetação e clima da região, esta caracteriza-se por no litoral ter uma vegetação densa e um clima muito quente e húmido, enquanto no interior é constituída por savana com um clima sub-sahariano com temperaturas de 35° a 40° à sombra (Afonso & Gomes, 2010; CIA, 2011).

4.3.3 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL DE MOÇAMBIQUE

Moçambique, localizado na costa oriental de África faz fronteira com a Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, Canal de Moçambique e Oceano Índico, com uma área de 799,380 km², caracteriza-se por ter um clima continental de grandes amplitudes térmicas e percentagens de humidade bastante próximas dos 90%. É maioritariamente formado por um grande vale a norte e atravessado por grandes vales e cadeias montanhosas de carácter rochoso e difícil transposição a nível movimentações militares. (CIA, 2011; Gomes, 2010).

4.4 SÍNTESE CONCLUSIVA

Este capítulo procurará reflectir o enquadramento histórico e político por detrás do início da Guerra do Ultramar, assim como o evoluir do conflito nos três TO em análise, podendo desta forma enquadrá-lo nos parâmetros de Guerra Subversiva pelas variáveis do seu ambiente operacional.

De forma a conhecer o ambiente operacional vivido na guerra do Ultramar houve a necessidade de caracterizar as principais variáveis, ou seja, o In, as Nossas Forças (NF) e os aspectos físicos do TO. Há ainda a salientar que os TO ultramarinos não se reportavam apenas a Angola, Guiné e Moçambique, estamos igualmente a falar de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Timor e Macau. Apenas a sua análise em termos militares não se justifica, porque podemos considerar a existência de uma paz absoluta, não obstante foram apenas tomadas algumas medidas de segurança como forma preventiva (Ferreira, 2010).

Em suma, pela análise de diversos autores, chegamos à conclusão de que a evolução da guerra nos três TO não se processou em simultâneo, tendo sido Angola um dos primeiros a sentir os efeitos da subversão, que se foi alastrando pelo seu território e assim consecutivamente, até atingir as restantes regiões ultramarinas. O facto de o conflito não se processar da mesma maneira, é reflexo da diversidade das tribos e etnias existentes dentro dos territórios, sendo que muitas delas não eram a favor do movimento de subversão e combatiam lado a lado com as NT.

Podemos considerar que os movimentos de subversão idealizados pela independência dos seus territórios, advêm em muitos casos da situação passada nos países vizinhos, que recentemente tinham obtido a sua independência, em que de uma maneira directa ou

indirecta apoiaram e suportaram as necessidades desse movimentos subversivos, garantindo-lhes apoio logístico, refúgio, armamento e treino aos elementos da força subversiva. Face ao evoluir deste múltiplo movimento, o Exército Português teve de se adaptar a este modelo de guerra irregular, e que apesar das restrições bastante limitativas em termos de efectivo e material, foi exemplarmente cumprindo as todas as missões que lhe foram atribuídas.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES SOBRE O EMPREGO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA NA GUERRA DO ULTRAMAR

5.1 A AC PORTUGUESA E O ULTRAMAR

Terminada a 2ª Guerra Mundial e depois da utilização do arquipélago dos Açores por parte das forças Aliadas, Portugal recebe material de AC de origem Inglesa, nomeadamente o Obus 8,8cm m/943³⁴, o Obus 14cm m/943 e ainda a peça 11,4cm m/943. A somar ao este novo material, foram ainda efectuadas modernizações ao material 10,5 cm de origem Alemã existente na altura, a quando da participação da AC Portuguesa na Guerra do Ultramar. Posto isto o material³⁵ ao serviço da AC na Guerra do Ultramar nas décadas de 60 a 70 foi o seguinte:

Modelo	Tipo	Calibre
Obus M 7,5cm/18 m/940 ³⁶	Obus	7,5 cm
Obus K 10,5cm/28 TR m/941	Obus	10,5 cm
Obus R 10,5cm/28 TR m/941	Obus	10,5 cm
Obus K 15cm/30 m/941	Obus	15 cm
Obus 8,8cm/18 m/943	Obus	8.8 cm
Obus 14cm m/943	Obus	14 cm
Peça 11,4cm m/943	Peça	11,4 cm

Tabela 5.1: Peças e Obuses de Campanha ao serviço da AC na Guerra do Ultramar.

Fonte: Adaptado de Afonso & Gomes (2010, p.34).

³⁴ Obus 8,8cm m/943, mais conhecido por *25 pounder*.

³⁵ Vide Apêndice H: Características do Material de AC empregue no Ultramar

³⁶ Material de Montanha

Com o início da guerra em 1961 houve a preocupação de empenhar apenas as unidades com preparação para combate próximo, estamos a falar da Infantaria e da Cavalaria, ficando assim de fora a Artilharia, Engenharia, Estado-Maior e Serviços. Houve então a necessidade da criação de Companhias e Batalhões de Artilharia, unidades destinadas a cumprir missões de Infantaria mas que não obrigassem à exigente preparação de um atirador, foram então incumbidas de missões de segurança a pontos sensíveis e povoações, mas a falta de homens nas linhas da frente levou a que as Companhias e Batalhões de Artilharia rapidamente fossem empregues nas frentes de combate, juntamente com a Infantaria e Cavalaria. (Costa R. d., 1970)

Esta aplicação não convencional da Artilharia levou a que os oficiais QP formados pela Academia Militar, depois de todo o esforço próprio e despesa do Estado fossem desviados, quase na sua totalidade, para cursos destinados a oficiais de Infantaria, equiparados a Alferes milicianos que comandariam Pelotões de atiradores como o caso dos Comandos, o que levava a um mau aproveitamento dos conhecimentos técnicos e tácticos, assim como da experiência de tiro que era comum aos oficiais QP³⁷ (*Idem*).

A falta de oficiais QP para comandar as Baterias e Pelotões foi seriamente sentida, pelo que houve necessidade os substituir por oficiais milicianos com pouca prática de tiro e com serias deficiências ao nível técnico e táctico. Problemática demonstrada pelo Brigadeiro Rodrigues da Costa num artigo para a revista de Artilharia em 1979, (art. 643, p.219):

“ ...não era imaginável, por exemplo, um desses oficiais a orientar bocas de fogo do seu pelotão por um elementar processo astronómico, a utilizar um helicóptero na coordenação topográfica, a preparar uma prancheta balística... ”.

5.2 A REALIDADE DA AC NO CAMPO DE BATALHA

Foram vários os problemas que a nossa AC teve de enfrentar no TO que foi o “Ultramar”, sendo que vamos analisar aqueles com que os Comandantes de Bateria tinham de se enfrentar. Estamos a falar dos deslocamentos que tinham de ser efectuados, do reconhecimento e ocupação de posição (REOP), da segurança e das Técnicas de Tiro utilizadas.

³⁷ O Brigadeiro Rodrigues da Costa chegara mesmo a sugerir em Relatório de Comando, que a data do Estágio fosse alterada de forma a incluir um período numa Bateria de Bocas de Fogo que se encontrasse a operar em zona de guerrilha, pelo que infelizmente tal não foi considerado e os Artilheiros no início da sua vida profissional não passaram de “milicianos de Infantaria”.

Com a adesão de Portugal à OTAN houve de certa forma, uma aproximação da doutrina existente à doutrina Americana, com métodos de tiro menos morosos e de forma a garantir um apoio eficaz às unidades de manobra. Nas primeiras operações em que a Artilharia foi empregue, como elemento de apoio de fogos, esta tinha uma estrutura de Grupo a três Baterias, o que se verificou que não seria o mais viável para o tipo de conflito que tínhamos em mãos. Adoptou-se então por dividir a bateria por pelotões de dois a três obuses cada, que estariam em apoio às Companhias de atiradores na frente de batalha, ou seja um Pelotão de Artilharia atribuído a cada Companhia de atiradores, como descreve Nunes (2010, p.26) *apud* Coronel Marçal Lourenço:

“...a Artilharia de Campanha consistia numa Bateria de Artilharia de Campanha (BAC), constituída por 31 pelotões que estariam posicionados nas diferentes regiões do território. A BAC seria comandada por um capitão do quadro, tendo um subalterno também do quadro que fazia toda a observação e regulação do tiro. Os pelotões seriam comandados por um alferes miliciano”

Perante a aplicação da Artilharia por Pelotões, esta garantia o apoio necessário a partir das posições onde estava instalada, tendo como exemplo o TO da Guiné, segundo Costa P. (2011)³⁸, os Pelotões de artilharia instalados nos aquartelamentos garantiam defesa a 360º e até onde o alcance do material o permitia, sendo que apenas saíam das posições quando era necessário bater um objectivo que estivesse fora do alcance do material.

5.2.1 DESLOCAMENTOS DE UMA COLUNA DE ARTILHARIA

Um dos grandes problemas, sempre que a AC tinha de apoiar as unidades de manobra era, o deslocamento para uma nova posição, devido ao facto de estarmos perante um ambiente de Guerra Subversiva e da forma irregular de actuação do In, a somar à não existência de quaisquer vias rodoviárias, na maioria dos territórios ultramarinos, aumentavam exponencialmente o perigo de a coluna sofrer uma embocada.

Devido ao elevado risco no deslocamento este era preferencialmente feito em curtas distâncias e sempre que possível com escolta de um Pelotão de Infantaria que guarnecia as Secções no apoio à coluna (Pinto, 1970).

³⁸ Vide Apêndice B: Guião de Entrevista.

Apesar de ser tendenciosa a ideia de que a Artilharia tinha pouca mobilidade naqueles TO, o mesmo não era verdade, como descreve o Major de Artilharia José Machado (1966, p.205) em pleno decorrer do conflito:

“ Não podemos tirar rendimento da Artilharia por falta de mobilidade (...) O obus 8,8 ou 10,5 pode ser rebocado por uma viatura tipo GMC 21/2 Ton, enquanto o obus 7,5 pode ser transportado numa dessas viaturas (...) O obus de 14 ou a peça 11,4, mais pesados, utilizam, normalmente, para reboque o tractor MATADOR, de quatro rodas motoras, excelente para todo o terreno...”

Deveria ainda ser considerada, também nos deslocamentos, a importância da protecção aérea, ou mesmo a presença de aviões ou helicópteros de observação o que funcionaria como medida de decepção ou como forma de detectar possíveis emboscadas montadas no terreno. (Machado, 1966)

5.2.2 RECONHECIMENTO, ESCOLHA E OCUPAÇÃO DA POSIÇÃO

Depois de ultrapassado o problema do deslocamento para a posição, era chegado o momento de preparar o terreno para a entrada em bateria dos obuses, sendo que de forma a ultrapassar o problema da possibilidade de tiro, eram geralmente escolhidas plataformas desimpedidas de vegetação junto a povoações e aquartelamentos, terreiros de secagem de café³⁹, clareiras em itinerários ou em último recurso picadas com menos vegetação.

Aquando da entrada da Bateria na posição previamente escolhida, o pelotão de defesa imediata, que tinha garantido a segurança no deslocamento, já se encontra no terreno a garantir a vigia e a segurança do perímetro da posição, enquanto o Comandante de Bateria fazendo-se acompanhar do Oficial de Tiro, indica o local onde vão ficar as bf e transmite a respectiva direcção de vigilância. Depois de as bf entrarem em posição e se encontrarem devidamente apontadas e referenciadas procedem-se a melhoramentos ao nível da organização da posição⁴⁰, dependendo da situação táctica e da actividade do In (Pinto, 1970).

³⁹ Geralmente muito comuns nas fazendas do Norte de Angola.

⁴⁰ A organização da posição entre outros pontos engloba: a colocação das transmissões, P.C., viaturas, munições, cozinhas, a da disposição das barracas do pessoal, melhorias ao nível de escaldões para armas e munições, tudo isto dependia é claro do tempo disponível para a preparação da mesma e a duração prevista para ocupação da posição. (Pinto, 1970)

5.2.3 SEGURANÇA

A segurança da posição era uma constante preocupação do Comandante de Bateria, que muitas vezes encontrando-se a alguma distância do aquartelamento mais próximo, esta tinha de ser garantida por todo o pessoal presente na posição. À excepção dos cozinheiros, radiotelefonistas, condutores e cifradores, todos faziam serviço de sentinela distribuídos pelos vários postos de vigia, sendo que devido à fraca visibilidade nos períodos nocturnos era frequente recorrer a técnicas expeditas de alarme próximo (Pinto, 1970).

Estas técnicas consistiam na colocação de um arame, ou um cordel, com algumas latas suspensas⁴¹ em volta do perímetro da posição e nas zonas mais prováveis de aproximação do In. Esta técnica revelou-se bastante útil nas zonas de vegetação mais densa, nomeadamente em Moçambique, chegando mesmo a ser difundida por todas as posições dos vários territórios ultramarinos. Nas zonas de maior actividade In eram colocadas armadilhas, nos principais eixos de aproximação como complemento à segurança próxima (*Idem*).

Este modelo, era da responsabilidade do Pelotão de Defesa Imediata, também guarnecido pelos condutores das viaturas, que salvo raras excepções, executavam patrulhamentos em redor da posição, garantindo assim uma defesa avançada. Os próprios obuses e peças, enquanto não desempenhavam as respectivas missões de tiro, encontravam-se apontados sobre o(s) eixo(s) de aproximação mais provável, para sempre que necessário efectuar tiro directo sobre o In. Esta forma de emprego da Artilharia verificou-se bastante eficaz na medida que as forças In depois do disparo de um único obus, retiravam de imediato (Costa P. , 2011).

Sendo os quartéis frequentemente alvo de ataques de morteiros por parte das forças In, era responsabilidade da Artilharia fazer fogo sobre essas posições, contudo não dispunhamos de Radares de Localização de Armas (RLA), que nos permitisse determinar a localização das posições In, pelo que muitos quartéis desenvolveram formas alternativas, e de certa forma rudimentares, de determinar uma direcção e uma distância para a posição In⁴² (Nunes B. , 2010).

⁴¹ Era frequente a utilização de latas de ração de combate como forma de improvisos.

⁴² O método mais utilizado por muitos dos quartéis que eram alvo frequentes de ataques In, consistia na colocação de bidões totalmente cheios de cimento, situados numa posição orientada, no qual se desenhavam no topo os pontos cardeais e uma escala graduada, normalmente em graus, colocando por fim uma seta representativa das agulhas da bússola. Desta forma quando éramos alvo de ataque de morteiros, identificava-se aproximadamente pelo som, a origem dos fogo e de seguida com auxílio das cartas topográficas determinava-se segundo o rumo já obtido, a distância às posições In.

5.2.4 PLANOS DE FOGOS

Perante a aplicação da AC no Ultramar, a existência de um planeamento de fogos era um factor fundamental, pelo que a colheita de informações apenas se baseava em elementos recolhidos da FA¹, através dos seus reconhecimentos visuais, também pela tropa de quadrícula e prisioneiros de guerra ou outros elementos que se apresentavam voluntariamente às NT. Devido a este factor de falta de precisão, a nossa AC não conseguia executar fogos precisos sobre os objectivos, o que resultava num consumo exagerado de munições sem que estas obtivessem o resultado pretendido. Esta situação foi bem reportada pelo, na altura Capitão de Artilharia Miguel Fernandes Pinto (1970, p.124) "... A Artilharia enquanto não dispuser de meios próprios para suprimir a falta ou imprecisão dos elementos fornecidos por aquelas fontes actua um bocado às cegas."

Os planos de fogos de que falamos eram constituídos pelos transparentes de objectivos, lista de objectivos e pelo quadro de missões de tiro a horário, mas a sua elaboração tornava-se difícil devido às reduzidas cartas topográficas⁴³ existentes, assim como pelo deficitário levantamento topográfico, que se revelava na discrepância entre as coordenadas topográficas e a correspondente localização dos objectivos (Pinto, 1970).

Para além do problema da cobertura topográfica, existia ainda a necessidade de coordenação do plano de fogos da Artilharia com o da Aviação e dos morteiros, visto que não estavam previstos fogos de Artilharia em simultâneo com os de Aviação. Há ainda a salientar, que no quadro das missões de tiro, tem de vir especificado o horário das diversas sessões de tiro, o mecanismo de tiro e a força que os executa (*Idem*).

Ao referir os planos de fogos, temos de falar na sua integração com as forças de manobra, em que na maior parte dos casos seria um oficial de Artilharia que se encontra no PC da força e que era responsável pela elaboração do plano de fogos (*Idem*).

A necessidade da permanência do Oficial de Apoio de Fogos (OAF) no PC da manobra, advêm de por vezes o plano de fogos não ser cumprido à risca e daí a necessidade de contar com a sua capacidade de adaptação ao próprio decorrer da operação. Isto decorria de forma a adoptar procedimentos mais eficientes, como o planeamento de fogos para zonas inacessíveis às forças de manobra, sendo que este era sempre executado em alternância com a aplicação das forças no terreno, reflexo da falta de confiança no tiro de Artilharia (*Idem*).

⁴³ As cartas existentes na altura eram de escala 1/100 000, claramente inapropriadas para designação de objectivos e elaboração de planos de fogos assim como o cálculo dos elementos de tiro iniciais.

5.2.5 EXECUÇÃO DO TIRO

As técnicas de execução do tiro de artilharia nos inícios do conflito, eram ainda muito baseadas na doutrina vocacionada para um conflito convencional, com a utilização das pranchetas, os alfinetes, o Transferidor de Direcção e Distâncias (TDD), a Tábua de Tiro Gráfica (TTG), e a Tabela de Tiro Numérica (TTN).

No que diz respeito ao cálculo dos elementos iniciais de tiro, estes eram obtidos geralmente a partir de uma prancheta topográfica, na escala de 1/25000 graduada em minutos, em que o correspondente lado da quadrícula mediria 73mm, sendo o vértice superior esquerdo o ponto de referência. Desta forma, por interpolação, determina-se a distância correspondente aos segundos, implantando-se, assim, todos os objectivos necessários. Determinado o rumo de vigilância para as bf, executa-se as pontarias iniciais através de uma pontaria recíproca sobre goniómetro bússola. Porém a graduação de declinação nem sempre era conhecida⁴⁴ (Nunes B. , 2010).

Em sequência à execução do tiro, vem a necessidade da regulação do tiro, em que temos de considerar a introdução de correcções nos elementos de tiro. Estas podiam influir na sua precisão, mas como as nossas baterias não dispunham de aparelhos de meteorologia suficientes para determinar todos os elementos de correcção, ou que pudessem fornecer continuamente meteogramas necessários à realização de preparações teóricas, tais procedimentos por norma não aconteciam. Na prática eram apenas introduzidos os valores correspondentes às variações de temperatura, tanto das cargas como do ar, assim como, as variações da densidade do ar. Como descreve Nunes (2010, p.30) *apud* Coronel Marçal Lourenço:

“... tendo como exemplo o teatro de operações da Guiné (...), a correcção a fazer ao tiro era de 10% em alcance ou seja, no pico do calor quando as condições atmosféricas se apresentavam mais adversas, a correcção inicial a ser feita seria encurtar 10% o valor do alcance. Por vezes este valor seria utilizado em proveito da nossa Artilharia quando, em casos muito excepcionais, os pelotões não teriam alcance para bater um dado objectivo, esses 10% seriam utilizados para garantir maior alcance e bater pontos fora do alcance máximo.”

A somar a esta dificuldade de aproximar o cálculo de tiro às missões de tiro teóricas, pela introdução do maior número de correcções possíveis, havia também a necessidade de

⁴⁴Temos como exemplo a região de Dembos, Angola, em que a graduação de declinação está compreendida entre os 9 e 11°W.

adaptar as tábuas de tiro do material 10,5mm⁴⁵, ao português, devido à dificuldade de interpretação (Costa P. , 2011).

Todo o trabalho de PCT era efectuado por um oficial⁴⁶, pois não havia grande urgência nas missões de tiro, devido ao facto de estas na sua maioria se basearem nos planos de fogos existentes, e da própria natureza das missões de tiro, não justificarem um pleno funcionamento do órgão (*Idem*).

No que diz respeito à ligação Transmissão por Fio (TPF) entre o PCT e as bf, tem-se verificado, ter sido muitas das vezes desnecessária, porque no que diz respeito ao cumprimento de missões de tiro a horário, convém que seja entregue a cada um dos comandantes de secção, um impresso, ou na sua falta, ou simples papel onde venham descritos os elementos de tiro relativos a cada tiro a efectuar. Enquanto as Secções se preparam para o tiro, o Oficial de Tiro e o seu adjunto verificam todo o trabalho das secções⁴⁷, enquanto o Comandante de Bateria, à hora exacta, dá a voz de “Fogo” para o início da sessão de tiro (Pinto, 1970).

Mas com o evoluir do conflito verificou-se que a acção da Artilharia teria de ser mais célere, de forma a fazer face aos rápidos ataques dos guerrilheiros às NT, daí que a utilização da prancheta não garantia a rapidez necessária, pelo que o cálculo do tiro passou a ser efectuado pelos observadores aéreos, que se encontravam a bordo de aviões ou helicópteros (*Idem*).

Perante a inexistência de rigor na utilização da prancheta balística e da marcação de objectivos com os alfinetes, devido à turbulência e instabilidade normais da aeronave, este procedimento foi posto de parte, sendo o observador obrigado a recorrer a métodos expeditos de cálculo do tiro, utilizando apenas a TTG, processo que se verificou bastante eficaz (Nunes B. , 2010).

Estando a actuação da Artilharia subordinada à manobra, e actuando sempre em proveito desta, os objectivos a designar dependiam das necessidades da unidade apoiada. Desta forma, quando as missões de tiro eram conduzidas pelo observador aéreo, este fazia-se acompanhar de um oficial de operações do batalhão⁴⁸, que no decorrer da operação indicava ao observador os objectivos a serem batidos (Pinto, 1970).

⁴⁵ O material em questão era de origem Alemã, sendo que as suas tábuas de tiro tinham de ser traduzidas para melhor compreensão dos calculadores e chefes de PCT, função desempenhada muitas das vezes pela mesma pessoa, ou seja, o oficial auxiliado pelo sargento quando necessário.

⁴⁶ Oficial de tiro, ou por vezes o próprio comandante de bateria.

⁴⁷ Actualmente esta função é desempenhada pelo comandante de bateria de tiro e o seu sargento de tiro.

⁴⁸ Função normalmente desempenhada por um Major.

O longo período da guerra do Ultramar levou Portugal a exercer um enorme esforço económico, logo a contenção de custos era uma constante na vivência das unidades, desde munições à ração de combate, o mesmo se aplicava à Artilharia. Esta situação veio trazer limitações na execução do tiro, isto porque a Taxa de Consumo Autorizado (TCA) era consideravelmente baixa, consequência disto era a impossibilidade de realizar preparações experimentais⁴⁹ que garantisse uma maior precisão do tiro, situação que obrigava mais uma vez à criação de processos expeditos para garantir a precisão do tiro (Nunes B. , 2010).

5.2.6 REGULAÇÃO DO TIRO

Caracterizada como parte fundamental da condução das missões de tiro, a regulação do tiro de Artilharia surge como factor imutável do sucesso dos fogos de AC, garantindo a sua precisão e consequente sucesso, daí se designar na gíria militar, que os Observadores Avançados (OAv) são “os olhos” da Artilharia (Pinto, 1970).

Resultado da experiência obtida nas diversas operações em que foi empregue a Artilharia como sistema de Apoio de Fogos, a utilização de OAv é mais complicada do que à primeira vista poderá parecer. Dadas as características do TO a que nos referimos, e à tendência de o In em combater em zonas densamente arborizadas, o emprego de um observador avançado terrestre torna-se pouco viável devido à impossibilidade de regulação do tiro⁵⁰, consequência da falta de linha de vista sobre da zona de impactos. Outra condicionante que inviabiliza o emprego de um OAv terrestre passa pela não existência de uma frente de combate definida, pelo que o In, devido às suas características ligeiras poderá surgir de qualquer direcção, impossibilitando o pedido de apoio de fogos devido à proximidade com as NT (Costa P. , 2011).

De forma a ultrapassar as dificuldades da observação do tiro com recurso a um OAv terrestre, a solução passou pela utilização da observação aérea, aproveitando desta forma a superioridade aérea nos três TO em que Portugal esteve envolvido. Assim, a observação do tiro passava a ser efectuada por um observador a bordo de um avião Do27 (Dornier 27) ou o helicóptero Alouette II, posteriormente substituído pelo Alouette

⁴⁹ Vide Glossário.

⁵⁰ O observador avançado se não tiver em linha de vista com a zona de impactos, não conseguirá afirmar se a granada caiu no objectivo, ou se existe a necessidade de uma regulação, consequência de o tiro ter caído curto ou comprido, à esquerda ou à direita do objectivo.

III⁵¹. Havia igualmente que considerar sempre, as limitações deste método de observação, condicionado pelas armas antiaéreas. In, as próprias condições meteorológicas, os períodos nocturnos, e mesmo a própria autonomia das aeronaves (Nunes B. , 2010).

Apesar da grande vantagem que este método veio trazer, as dificuldades logo se fizeram sentir, pela falta de observadores e respectivas aeronaves, sendo que na ausência destes seriam os próprios comandantes de companhia a fazer os pedidos de tiro e efectuar a sua regulação (Pinto, 1970).

5.3 SÍNTESE CONCLUSIVA

Perante a guerra que Portugal tinha pela frente, uma guerra de guerrilha, como já vimos nos capítulos anteriores, o Exército Português teve de se adaptar, mais concretamente a Artilharia, visto que a doutrina e orgânica existentes não resolviam os problemas trazidos pela guerra de guerrilha⁵². Assim, neste capítulo são analisadas as alterações que foram feitas ao nível do material, e onde é descrita a realidade da actuação de nossa AC nos teatros Ultramarinos. O já difícil combate contra uma força subversiva, era ainda acrescido pela falta de oficiais QP à frente das BtrBf, situação verificada pela utilização destes oficiais recentemente formados na Academia Militar para comandar Pelotões de Infantaria.

As dificuldades sentidas nestes TO passavam também pela insegurança sentida nos deslocamentos da bateria a quando da ocupação de uma nova posição, devido à alta probabilidade de a coluna sofrer uma emboscada. Pela análise e comparação de documentos da época, o REOP também se verifica complicado devido as limitações do tiro, ou seja, as poucas clareiras existentes e a vegetação alta, não proporcionavam o ângulo de sítio necessário para bater os objectivos determinados.

Depois de a Bateria ter entrado em posição, outro problema surgia, a segurança da posição, que por falta de meios humanos e materiais era frequente recorrer a técnicas improvisadas de aviso próximo.

A execução de um plano de fogos era também afectada, pois a cobertura topográfica existente não garantia a precisão necessária ao tiro de Artilharia, o mesmo se passava no

⁵¹ Vide Anexo I: Aeronaves Utilizadas na Observação e Regulação do Tiro.

⁵² Vide Anexo J: Proposta de Organização Das Unidades de Artilharia no Ultramar.

cálculo dos elementos de tiro iniciais. Depois de ultrapassada a barreira de execução do tiro a necessidade de regulação do tiro, levou a fosse utilizada a observação aérea devido à impossibilidade de utilização de um OAv no terreno perante a volatilidade do In e as dificuldades encontradas na regulação do tiro, este tipo de regulação estava sempre dependente da FAP e da experiência dos pilotos devido à constante necessidade de manter a aeronave paralela com a linha de tiro. Este tipo de observação teve de ser abandonada assim que as forças In começaram a ter capacidade de abater aeronaves, tendo desta forma Portugal perdido a supremacia aérea daqueles territórios.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O evoluir dos conflitos e a constante mudança do Ambiente Operacional veio trazer alterações na maneira de fazer a Guerra, colocando questões e incógnitas que raramente eram equacionadas, apesar de só recentemente se dar a devida importância a este tema. Já no passado foram travados conflitos que podem hoje ser analisados pelos princípios das Op COIN, poderíamos dar exemplos como ao conflito do Vietname, Bósnia, Iraque e muitos outros, mas transpondo a temática para a realidade portuguesa, estamos a falar da Guerra do Ultramar.

Portugal desde o início do conflito teve de adaptar a forma como empenhava as suas forças, por forma dar resposta às dificuldades e necessidades que surgiam, consequência de combater num terreno para o qual não estavam preparados, em vários TO em simultâneo e fazendo frente a um In que não estava bem definido.

Desta forma, e à semelhança das outras Armas combatentes também a Artilharia teve de se adaptar a este tipo de conflito, sofrendo profundas alterações na sua orgânica e na forma como prestava o apoio às unidades de manobra.

Com o início do conflito, Portugal teve a necessidade de recorrer à experiência vivida por outros Exércitos no combate a conflitos desta natureza, de forma a retirar conhecimentos e técnicas que foram compiladas e publicadas num manual de cinco volumes, em que descrevia ao pormenor o Exército na Guerra Subversiva, este manual funcionou como “Bíblia” para os militares que estavam no Ultramar.

Contudo, fruto da especificidade do Ambiente Operacional vivido em cada TO, a Artilharia teve de sofrer alterações, até no que diz respeito à sua missão, pois muitas foram as unidades de Artilharia que tiveram de combater como unidades de Infantaria. Ou até mesmo ter de recorrer a técnicas alternativas e de improviso de observação, regulação e execução do tiro.

Inerente à análise da questão central do presente trabalho: **“Como pode o emprego da AC na Guerra do Ultramar ser analisado à luz dos princípios da Guerra Subversiva?”**, concluímos que o emprego da AC na Guerra do Ultramar insere-se no contexto da utilização do sistema Apoio de Fogos preconizados na nova doutrina das Op COIN.

A problemática da actuação da nossa AC em operações de contra-guerrilha, passa pelo elevado número de incógnitas a que estamos sujeitos, sendo que a solução para muitas delas passa pela transformação das incógnitas em constantes, de forma a serem analisadas e trabalhadas, para as quais possamos estar melhor preparados para as enfrentar.

Para dar uma resposta mais objectiva e completa à questão central acima enunciada, foram levantadas as seguintes questões derivadas:

Q.D.1 A doutrina de emprego das Forças nos actuais conflitos pode ser enquadrada na doutrina de guerra Subversiva?

Q.D.2 Qual o papel doutrinário da AC na Guerra Subversiva?

Q.D.3 Quais as características da Guerra do Ultramar?

Q.D.4 Como se caracteriza o emprego da AC na Guerra Subversiva do Ultramar?

Relativamente à primeira questão derivada, foi necessário analisar os actuais conflitos, de forma a determinar se a doutrina de emprego das forças nos diversos TO, pode ser enquadrada na doutrina de Guerra Subversiva.

O facto de a maioria dos Exércitos do mundo ocidental, inclusive os da OTAN, estarem a adaptar os seus documentos doutrinários com base em manuais de contra-insurreição, demonstra a existência de um novo tipo de ameaça, que veio alterar o Ambiente Operacional vivido pelas forças nos diversos tipos de conflitos.

Analisando a definição apresentada no subcapítulo 2.1.1, que define Guerra Subversiva e comparando genericamente com os actuais conflitos⁵³, denotamos desde logo semelhanças em vários pontos, o facto de a luta ser “conduzida dentro de um território, por uma parte dos seus habitantes” (EME, 1966, Vol.1, Cap1,p.1), o facto a força estar enquadrada na população e de usar acções terroristas como forma de atingir os seus objectivos.

⁵³ Foram tomados como actuais termos de comparação os conflitos do Afeganistão e Iraque.

Para responder à segunda QD, houve a necessidade de estudar as missões e responsabilidades da AC na Guerra Subversiva, assim, verificamos que os conceitos de emprego da AC na Guerra Subversiva mantêm-se iguais aos da Guerra Convencional, havendo apenas a necessidade de uma readaptação nos Planos de Fogos e a necessária flexibilidade de modo a fazer frente a esta tipologia de conflito, tirando assim maior rendimento dos seus fogos.

Pela análise de diferentes autores e comparação dos seus resultados de estudo, chegamos a um conjunto de possibilidades e limitações do emprego da AC na guerra subversiva⁵⁴. Considerando o seu emprego tático e a tipologia do Apoio de Fogos prestado às unidades de manobra, estamos em posição de afirmar que o papel doutrinário da AC na Guerra Subversiva, é o previsto na sua missão geral, ou seja, executar fogos de supressão neutralização e destruição, através do seu sistema de armas.

Considerando a terceira QD, verificamos ao longo da investigação que a Guerra do Ultramar foi travada contra uma força irregular enquadrada na população que pretendia obter a independência do seu território, o facto de as NF combaterem um In oriundo da população, verifica-se desta forma pouco numerosa e mal equipada, pelo que o movimento subversivo não teria sobrevivido se não tivesse apoio dos países fronteiriços apoiantes do movimento de libertação.

Na tentativa de superar a inferioridade numérica, a actuação do In caracterizava-se pela adopção de táticas de guerrilha, evitado empenhar-se decisivamente nos ataques efectuados, pois num confronto directo com as NT a força de guerrilha ficaria em nítida desvantagem, assim, a única forma de igualar as NT seria tirar o máximo proveito do terreno ao qual estavam familiarizados, Executando golpes de mão, emboscadas e ataques surpresa, que tinham repercussões elevadas nas NF. Generalizava-se também o uso do terror e acções violentas contra a população como forma de obter apoio para a causa que defendiam.

Afigura-se agora conveniente dar resposta à quarta questão derivada, assim sendo, o emprego da AC na Guerra Subversiva do Ultramar, caracteriza-se pelo emprego descentralizado das unidades de Artilharia, ou seja, deixamos de trabalhar com Baterias, passando a empregar Pelotões de duas ou três bf colocadas em pontos estratégicos. Estas estavam quase na sua totalidade em aquartelamentos, garantindo uma defesa em todo o seu redor, sendo que o Apoio de Fogos às unidades de manobra era garantido a

⁵⁴ Descrito no subcapítulo 3.2 do presente trabalho.

partir do aquartelamento ou em posições avançadas, de forma a cobrir a totalidade da quadrícula que lhe estava destinada.

A realidade vivida no terreno pelas unidades de AC, passa muito além do descrito na doutrina e nos documentos da época, pelo que a entrevista feita ao Coronel Pereira da Costa, foi de fundamental importância para dar resposta à questão derivada supra citada.

As dificuldades encontradas no emprego da nossa AC no ultramar passavam desde logo pela aplicação de Oficiais QP da Arma de Artilharia no comando de Unidades de Infantaria, pela dificuldade em obter elementos topográficos precisos para a execução do tiro e o facto de as regulações do tiro serem quase impossíveis de realizar pela utilização de um OAv no terreno. Face a esta dificuldade recorreram à utilização de observação aérea e ao cálculo prévio de possível objectivos a serem batidos, criando uma rede de pontos com os elementos de tiro pré-calculados, respondendo assim com maior brevidade aos pedidos de tiro feitos pelas unidades de manobra.

Respondidas às questões anteriormente levantadas, procede-se então à confirmação, confirmação parcial, ou negação das seguintes Hipóteses (H):

- H.1 Os actuais conflitos podem ser classificados no espectro das Operações Militares.**
- H.2 A AC funciona como elemento de Apoio de Combate fundamental para o potencial de combate da Força.**
- H.3 A Guerra do Ultramar pode equiparar-se a uma Guerra do tipo Subversiva.**
- H.4 A AC foi empregue na Guerra Subversiva do Ultramar.**

Relativamente à primeira hipótese levantada, verificamos que esta se confirma na totalidade, consequência das alterações efectuadas à doutrina existente, e ao facto de já estarem previstos elementos de doutrina que englobam as alterações do ambiente operacional nas Op COIN, caso do FM 3-24 "COUNTERINSURGENCY".

Em relação à segunda hipótese apresentada, esta confirma-se na totalidade, pois apesar do emprego da AC nas Op de contra-subversão ser ligeiramente diferente, a sua missão e responsabilidades continuam a ser os mesmos da Guerra Convencional.

Da análise da terceira hipótese, podemos afirmar que esta se confirma na totalidade, resultado da forma de actuação do movimento subversivo, pelas características e especificações em que decorreu todo o conflito do Ultramar.

Por último, a quarta hipótese apenas se confirma parcialmente, apesar de AC ter empregue na Guerra do Ultramar, esta teve um conjunto de limitações a vários níveis, como foram anteriormente apresentadas. Tendo por base o processo de investigação e com o objectivo de colmatar algumas lacunas no que foi a aplicação da AC no Ultramar, poderia ter sido conveniente a adopção das seguintes acções.

Para tal, a solução poderia passar pela existência de um Comando de Artilharia que de certa forma coordenasse todas as actividades da Arma, não deixando esta tarefa ao cargo das unidades de manobra, assim como uma presença mais acentuada de Oficiais oriundos da Arma de Artilharia nos PC avançados das unidades de manobra, visando a elaboração e integração dos planos de fogos com as unidades de manobra, ou garantindo o cumprimento destes de forma mais rigorosa.

A adaptação dos Quadros Orgânicos relativos ao material e pessoal, considerando as necessidades existentes, de forma a colmatar lacunas no que diz respeito ao comando das Baterias, à atribuição de mais meios humanos que possam garantir a segurança próxima das posições, desta forma não teriam que sobrecarregar o pessoal das Secções de bf. Atendendo à hipótese de impossibilidade de reforço de pessoal para a defesa próxima, o Comandante deveria procurar meios de defesa adicionais junto da unidade que apoia. A atribuição de mais armamento e material necessário para garantir a segurança da posição e a distribuição de um maior número de munições às bf, deveriam ter sido considerados, de forma a permitir a execução de preparações experimentais, aumentando desta forma a eficiência do tiro de Artilharia.

Apesar das limitações da observação aérea, tais como, as armas antiaéreas In, as condições meteorológicas, os períodos nocturnos e a própria autonomia das aeronaves, o grande problema da observação aérea passa pela falta de meios à disposição do Comando, pois a utilização das aeronaves dependia da disponibilidade da Força Aérea Portuguesa (FAP), situação que deveria ter sido revista pois o OAv desempenha uma função crucial no tiro de Artilharia.

Temos ainda de considerar, que apesar da falta de meios humanos, a actuação das Baterias de Artilharia deverá ser exclusivamente vocacionada para missões de apoio de fogos, e não como unidades de Infantaria, restabelecendo a experiência técnica e prática do tiro de Artilharia aos militares que constituem estas unidades. Isto é, desde que as Baterias não estejam dispostas em quadrícula, tendo assim outras unidades para garantir a sua protecção.

Contudo, no final deste trabalho consideramos importante salientar algumas limitações encontradas. Assim, salienta-se a existência de inúmeras fontes não credíveis, muitas

vezes baseadas em opiniões e suposições, assim como, algumas delas mostrarem ter tendências e ideais políticos que adulteram a veracidade dos factos e acontecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Livros

Afonso, A., & Gomes, C. d. (2010). *Os anos da Guerra Colonial*. Lisboa: Quidnovi.

Cann, J. P. (2005). *Contra Subversão em África (1961-1974)*. Lisboa: Editora Prefácio

Fernandes, A. H., Ferreira, J. M., Matos, L. S., Teixeira, N. S., & Telo, A. J. (2004). *Nova História Militar de Portugal* (Vol. Volume 4). Casais de Mem Martins: Círculo de Autores.

Ferreira, J. J. (2010). *Em Nome da Pátria*. Alfragide: Dom Quixote.

Gomes, C. M. (2010). O Teatro de Operações de Moçambique. In *A Academia Militar e a Guerra de África* (pp. 146-173). Lisboa: Prefácio.

Nunes, A. L. (2010). O Teatro de Operações de Angola. In *A Academia Militar e a Guerra de África* (pp. 118-142). Lisboa: Prefácio.

Pinheiro, J. F. (1963). *Subversão e Contra-Subversão*. Lisboa: Bertrand.

Reis, F. L. (2010). *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Silva, F. d., Coelho, C., Simões, L., Pimpão, C., & Lima. (2008). *O Papel da Artilharia de Campanha nas Operações de Contra-Insurreição*. Lisboa: IESM.

Silva, R. d. (1972). *Estratégia*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, Lda.

2. Manuais

- EME. (1963). *O Exército na Guerra Subversiva* (Vol. II Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas). Ministério do Exército.
- EME. (1966). *O Exército na Guerra Suversiva* (Vol. I Generalidades). Ministério Do Exército.
- FM 23-30. (1988). *GRENADES AND PYROTECHNIC SIGNALS*. USA: DEPARTMENT OF THE ARMY.
- ME-20-81-00. (2010). *Operações*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- MC 20 – 100. (2004)., *Manual de Tática de Artilharia de Campanha*. Lisboa: Estado Maior do Exército.

3. Documentos Electrónicos

- (s.d.). Obtido em 16 de Março de 2011, de Military Analysis Network:
<http://www.fas.org/man/dod-101/sys/land/m15.htm>
- Agência Angola Press . (13 de Janeiro de 2011). Obtido em 28 de Março de 2011, de ANGOP:
http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2011/0/2/Destruidas-mais-mil-minas-anti-pessoal-anos,7aafe2dd-569a-465e-919c-7d7fd4e97b76.html.
- Carta das Nações Unidas. (2009). *Faculdade de Direito*. Obtido em 02 de 07 de 2011, de Universidade de Coimbra: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/ONU/ONU-Carta-XI-73-74.htm>
- CIA. (s.d.). *The World Factbook*. Obtido em 25 de 07 de 2011, de Central Intelligence Agency: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gv.html>
- Fortunato, C. (21 de Maio de 2006). *PAIGC*. Obtido em 20 de Junho de 2011, de Portal Guiné: <http://paigc.com.sapo.pt/GuineStrella.html>
- Pinheiro, A. D. (19 de Março de 2007). Obtido em 24 de Março de 2011, de DEFESA@NET: http://www.defesanet.com.br/zz/war_fm3-24.htm
- United Nations Office for Disarmament Affairs. (s.d.). Obtido em 16 de Março de 2011, de <http://www.un.org/disarmament/WMD/Bio/1925GenevaProtocol.shtml>

4. Publicações Periódicas

- Costa, R. d. (1970). Recordações do Emprego da Artilharia de Campanha na Guerra do Ultramar nos anos 60\70 . *Revista de Artilharia nº634* , pp. 215-228.
- Fernandes, L. T. (1970). A Artilharia na Guerra Subversiva nº541. *Revista de Artilharia* , pp. 103-108.
- Jornal "O Clarão". (1971). A Artilharia numa Operação de grande envergadura em Moçambique. *Revista de Artilharia nº555* , pp. 139-148.
- Machado, J. L. (1966). A Artilharia Na Guerra Subversiva. *Revista de Artilharia nº495* , pp. 205-218.
- Pinto, M. F. (1970). A Nossa Artilharia de Campanha na Contra-Guerrilha. *Revista de Artilharia nº541* , pp. 109-132.
- Ramalho, J. (26 de Outubro de 2007). A Artilharia e as Novas Ameaças - Uma Reflexão . *Revista Militar* .
- Romão, A. P., & Grilo, A. J. (Dezembro de 2008). Reflexões sobre o Emprego da AC no Ambiente Operacional Contemporâneo. *Boletim da EPA* , pp. 7-22.
- Salvado, N. M., & Barbosa, P. F. (2010). A evolução nas Armas de Artilharia de Campanha em Portugal até à criação da OTAN. *Boletim da EPA* , pp. 9-21.
- Silva, A. M. (1964). A artilharia na Guerra Subversiva. *Revista de Artilharia nº 461* .
- Sousa, E. C. (1971). Algumas Considerações sobre o emprego da Artilharia na Guerra Subversiva. *Revista de da Artilharia nº 551* , pp. 527-533.

5. Dissertações de Mestrado

- Nunes, B. (2010). *A evolução da Direcção técnica e Tática do tiro de Artilharia de Campanha, em Portugal, Trabalho de Investigação Aplicada*. Lisboa: Academia Militar.

6. Entrevistas

- Costa, P. (01 de Agosto de 2011). O Emprego da Artilharia na Guerra Subversiva de África. (I. P. Pires, Entrevistador).

GLOSSÁRIO

APOIO DE FOGOS – “Engloba o emprego coordenado do conjunto dos órgãos de aquisição de objectivos, das armas de tiro directo, indirecto (morteiros, artilharia de campanha e artilharia naval) e das operações aéreas em proveito da manobra da força” (EME, 2004, 1-1).

APOIO DIRECTO – “Apoio de fogos próximo e contínuo aos elementos de manobra que lhe forem designados; a sua ligação com a unidade apoiada é muito íntima e a disponibilidade dos seus fogos em favor daquela é directa e permanente” (EME, 2004, 8-2).

COMANDO E CONTROLO (C²) – “As funções de comando e controlo são exercidas através de um sistema funcional, conjunto de homens, material, equipamento e procedimentos organizados, que permitam a um comandante, dirigir, coordenar e controlar as actividades das forças militares no cumprimento da missão” (EME, 1997, 5-1).

DOCTRINA – “Conjunto de princípios e regras que visam orientar as acções das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional do Exército na prossecução dos objectivos nacionais” (EME, 2005, B-6).

FOGOS DE FLAGELAÇÃO – “a executar sobre forças a descoberto em zonas de reunião, PC e centros de comunicações, por forma a desmoralizar as forças In e a desorganizar os seus sistemas de comando e controlo.” (MC 20-100, 2004,p.10-7).

FOGOS DE INTERDIÇÃO – “a executar sobre nós de comunicações, pontos críticos de itinerários e áreas propícias à movimentação do In, com a finalidade de lhe dificultar os movimentos e de o obrigar a desenvolver prematuramente” (MC 20-100, 2004,p.10-7).

GOLPE DE MÃO – “Operação ofensiva, realizada de surpresa, contra elementos inimigos. As suas finalidades podem ser: aniquilar forças inimigas e,em especial elementos chave da sua organização; destruir instalações inimigas, fontes de abastecimento e quaisquer meios de combate e de vida; colher informações, fazendo prisioneiros ou apreendo documentos, armas, equipamento, etc.” (EM, 1966, Anx, p.15).

MISSÃO DA ARTILHARIA DE CAMPANHA – “A AC executa fogos de supressão, neutralização e destruição, através dos seus sistemas de armas e integra todo o apoio de fogos nas operações da força” (EME, 2004,p.3-1).

POTENCIAL DE COMBATE – “ Da componente material do **Potencial de Combate** – considerando este na sua concepção mais ampla, como sendo o valor resultante da combinação dos meios materiais, com a moral de uma força – ressaltam os **Fogos**, conjuntamente com os elementos da **Manobra**, como os seus dois principais elementos.” (MC 20-100, 2004,p.1-1).

PROPAGANDA: “Uma das formas de acção psicológica. Consiste na comunicação de factos, notícias, explicações, comentários, apelos, etc., com a intenção de influenciar, em benefício de quem os difunde, (...) não visa o esclarecimento da opinião desses indivíduos ou grupos, mas sim a imposição de determinadas ideias e doutrinas.” (EME, 1966, Vol I, Anx, p.27).

TEATRO DE GUERRA – “É o espaço aéreo, terrestre ou marítimo que está ou pode vir a estar directamente envolvido na conduta da guerra” (EME, 2005, B-10).

TEATRO DE OPERAÇÕES (TO) – “É a parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate” (EME, 2005, B-10).

TIRO DE CEGAMENTO – “...utiliza granadas de fumos (HC) e granadas de fósforo branco (WP) para, através do cegamento, negar ao adversário a observação do campo de batalha.” (MC 20-100, 2004,p.C-6).

TIRO DE MASCARAMENTO – “...emprega-se para conferir cobertura aos elementos de manobra amigos, dissimulando a natureza das suas operações. Estes fogos podem empregar-se nas operações de transposição de cursos de água ou de envolvimento.” (MC 20-100, 2004,p.C-6).

APÊNDICES

APÊNDICE A

PLANOS DE FOGOS PREVISTOS PARA A

GUERRA SUBVERSIVA

1) Contra-Morteiro

Neste plano de fogos serão utilizadas as técnicas de localização, selecção e ataque aos objectivos comuns aos da guerra convencional, contudo á que considerar que os objectivos são mais fugazes pelo que a execução destas missões será mais difícil, pelo que a rapidez e precisão serão fundamentais (Silva A. M., 1964).

2) Destruição e Neutralização

Este tipo de missões será em tudo iguais às escutadas na guerra convencional, pelo que a aquisição de objectivos é efectuada pelos órgãos orgânicos e pelas tropas que se encontram a ser apoiadas. As missões de tiro planeadas irão incidir sobre instalações e acampamentos de guerrilheiros, assim como sobre posições conhecidas e itinerários, contudo, muitas das posições referidas podem não se encontrar ocupadas a quando da execução do tiro, pelo que apenas se obtêm a neutralização das infra-estruturas impedindo a sua posterior utilização e ocupação. São ainda planeadas fogos com a finalidade de forçar o In a deslocar-se para o interior de uma zona de terreno, ou mesmo conduzi-lo para uma posição que nos seja mais favorável (Fernandes L. T., 1970).

3) Fogos defensivos

Os planos de fogos defensivos são elaborados com a finalidade de proteger zonas de posições, evitar infiltrações e ainda manter o apoio mútuo a posições amigas.

Estas missões requerem medidas de coordenação⁵⁵ elevadas porque o tiro próximo de instalações e forças amigas, assim como de áreas populacionais são uma constante (Silva A. M., 1964).

4) Flagelação e interdição

Os fogos de flagelação e interdição para além da sua normal utilização na guerra convencional, nas Op de contra-guerrilha são aplicados para impedir a utilização das vias de comunicação, ocupação de zonas de terreno por parte das guerrilhas, assim como romper as suas operações e obrigando-as a manter um permanente movimento de forma a criar um clima de permanente insegurança (Machado, 1966).

5) Reconhecimento pelo Fogo

Este tipo de plano de fogos tem uma finalidade muito específica, que é a localização de objectivos, para isso são executados tiros sobre zonas suspeitas da existência de guerrilha de forma a verificar a sua reacção ao fogo. De forma a tirar maior proveito desta técnica de obtenção de objectivos devem ser tiradas fotografias aéreas antes e depois da execução do tiro, pois este pelo próprio efeito das granadas, destrói camuflagens ou máscaras naturais, revelando assim instalações In.

Sempre que possível deve ser utilizada a observação aérea durante a execução do tiro, de forma a obter informações em tempo real do comportamento das guerrilhas e caso as características do terreno assim o determinem (Silva A. M., 1964).

6) Flushing⁵⁶

Missão utilizada no apoio das operações de infantaria para obter terreno e conduzir o In para emboscadas montadas pelas NT, normalmente utilizada em terreno densamente arborizado e acidentado, próximo de estradas ou cursos de água utilizados como vias de comunicação (*Idem*).

⁵⁶ Subentenda-se flushing como sinónimo de “batida” em português.

7) Barragem de itinerários

Este tipo de missão como a própria definição de barragem⁵⁷ específica, vai permitir o apoio das Unidades de intervenção, evitando a estrada ou saída de forças inimigas de determinada zona de terreno a limpar, não permitindo a sua retirada ou o seu reforço (Machado, 1966).

8) Decepção

A finalidade deste tipo de missões destina-se a encobrir o ruído das movimentações das NT e enganar as guerrilhas quanto à nossa verdadeira intenção, sendo que estes tiros são colocados longe das posições amigas, podendo também ser utilizados para distrair e desencaminhar os guerrilheiros a quando da aproximação das NT (*Idem*).

9) Iluminação

A iluminação do campo de batalha sempre foi uma das grandes preocupações dos exércitos em combate, executando-se em apoio das forças em contacto, revelando posições inimigas e evitando que estas se infiltrem nas nossas posições (Silva A. M., 1964).

10) Localização pelo tiro

Quando o levantamento topográfico de uma determinada zona é deficitário ou mesmo inexistente, existe a possibilidade de localizar uma força amiga ou In pela técnica de localização pelo tiro, que consiste na utilização de granadas preferencialmente WP⁵⁸ ou iluminantes, que através da visualização dos rebentamentos e com meios de comunicação adequados para as Unidades que executam o tiro, é possível determinar uma localização (Silva A. M., 1964).

Na utilização desta técnica pode haver necessidade da criação de alvos fictícios, terrestres ou aéreos com a mesma finalidade, sendo que utilização deste tipo de missões não se verifica com muita frequência porque isso implica a perda do efeito

⁵⁷ Vide Anexo E: Técnicas de Planeamento de Fogos de AC.

⁵⁸ "White Phosphorus" ou fósforo branco, tem uma rápida oxidação em contacto com o oxigénio, atingindo uma temperatura aproximada de 2800°C o que resulta na libertação de uma densa nuvem de fumo branco. (FM 23-30, 1988).

surpresa, o consumo desnecessário de munições, e existe ainda a possibilidade de denunciar as posições de Artilharia (*Idem*).

11) Fumos

Tanto na guerra convencional como na guerra subversiva podemos empregar granadas HC⁵⁹ e WP de forma a reduzir a eficiência da observação por parte das guerrilhas, podendo o tiro de fumos ser empregue para cegamento⁶⁰ e mascaramento⁶¹ (Machado, 1966).

Existe a ainda a possibilidade da utilização de granadas WP para a sinalização de objectivos a serem batidos pela Infantaria ou pela Força Aérea, ou podem mesmo ser utilizadas como um agressivo para queimar vegetações e destruir abastecimentos das guerrilhas devido as características incendiárias do fósforo branco existente dentro das granadas, que em contacto com o ar é extremamente inflamável (*Idem*).

12) Granadas especiais

Existe ainda a possibilidade da utilização de agentes químicos e biológicos, tóxicos ou não tóxicos, utilizados contra pessoal ou sobre animais e culturas que contribuam para o esforço da guerrilha, visto que o In não se encontrar preparado para suportar este tipo de agressões, apesar de a sua utilização ser proibida pelo Protocolo de Genebra⁶² (Silva A. M., 1964).

⁵⁹ Granadas HC (Hexacloroetano), em que no seu interior existem 3 potes de fumos que serão ejectados pela base, podendo o fumo ser de cor branca, amarela, vermelho, verde ou violeta.

⁶⁰ Vide Glossário

⁶¹ Vide Glossário

⁶² Foi estipulado no Protocolo de Genebra, assinado a 17 de Junho 1925 e que entrou em vigor a 8 de Fevereiro de 1928, a proibição do emprego, na guerra, de gases asfixiantes, tóxicos ou similares e de meios bacteriológicos. (United Nations Office for Disarmament Affairs).

APÊNDICE B

GUIAO DA ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE ARTILHARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

ENTREVISTA NO ÂMBITO DO TRABALHO:
O EMPREGO DA ARTILHARIA NA GUERRA SUBVERSIVA DE
ÁFRICA

Autor: Asp Al Ivo Pinto Teixeira Pires

Orientador: TCor Art Ruivo Grilo

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A presente entrevista insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, que visa a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares da Arma de Artilharia, subordinado ao tema: “O Emprego da Artilharia na Guerra Subversiva de África”.

O propósito desta entrevista é determinar o modo de actuação da Artilharia na Guerra do Ultramar, desta forma a sua experiência pessoal, poderá fornecer elementos fundamentais para dar resposta às questões a que me propus e que de certa forma comprovem as hipóteses do trabalho. Assim, solicito a V.Ex^a que me conceda esta entrevista, que me servirá de suporte à investigação.

Obrigado pela sua colaboração,

Atenciosamente:

Ivo Pinto Teixeira Pires

Asp Art

ENTREVISTA

“O EMPREGO DA ARTILHARIA NA GUERRA SUBVERSIVA DE ÁFRICA”

Guião de entrevista ao Cor Pereira da Costa:

Antes de da inicio à presente entrevista tem alguma questão sobre o trabalho ou sobre a entrevista?

Pergunto se coloca alguma objecção ao facto de esta entrevista ser gravada e utilizada como base de sustentação no presente Trabalho de Investigação Aplicada?

1. A Artilharia é o elemento fundamental do sistema Apoio de Fogos, mas muitas das vezes esta era desviada para o cumprimento de missões típicas de atiradores, qual a razão que justifica esta alteração?
2. Sendo a Guerra do Ultramar uma Guerra de guerrilha como é que a Artilharia de Campanha se organizava no terreno?
3. Quais as principais Missões de Tiro executados pela AC?
4. Sendo o Teatro de Operações (TO) do “Ultramar” muitas vezes impeditivo da utilização de um observador avançado (OAv), como é que era feita a observação e regulação do Tiro?
5. Por vezes não existia conhecimento topográfico suficiente, nestas situações como é que eram efectuados os cálculos dos elementos de tiro?
6. Que alterações poderiam ter sido feitas para melhorar a aplicação da AC naquele TO?

O meu muito obrigado pela atenção dispendida.

ANEXOS

ANEXO C

DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS

Artigo 73.º

Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim:

- (1) Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra qualquer abuso;
- (2) Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento;
- (3) Consolidar a paz e a segurança internacionais;
- (4) Favorecer medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar entre si e, quando e onde for o caso, com organizações internacionais especializadas, tendo em vista a realização prática dos objectivos de ordem social, económica e científica enumerados neste artigo;
- (5) Transmitir regularmente ao Secretário-Geral, para fins de informação, sujeitas às reservas impostas por considerações de segurança e de ordem constitucional, informações estatísticas ou de outro carácter técnico relativas às condições

económicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são respectivamente responsáveis e que não estejam compreendidos entre aqueles a que se referem os capítulos XII e XIII.

Fonte: (Carta das Nações Unidas, 2009)

ANEXO D

PATAMARES DA GUERRA SUBVERSIVA DE ÁFRICA

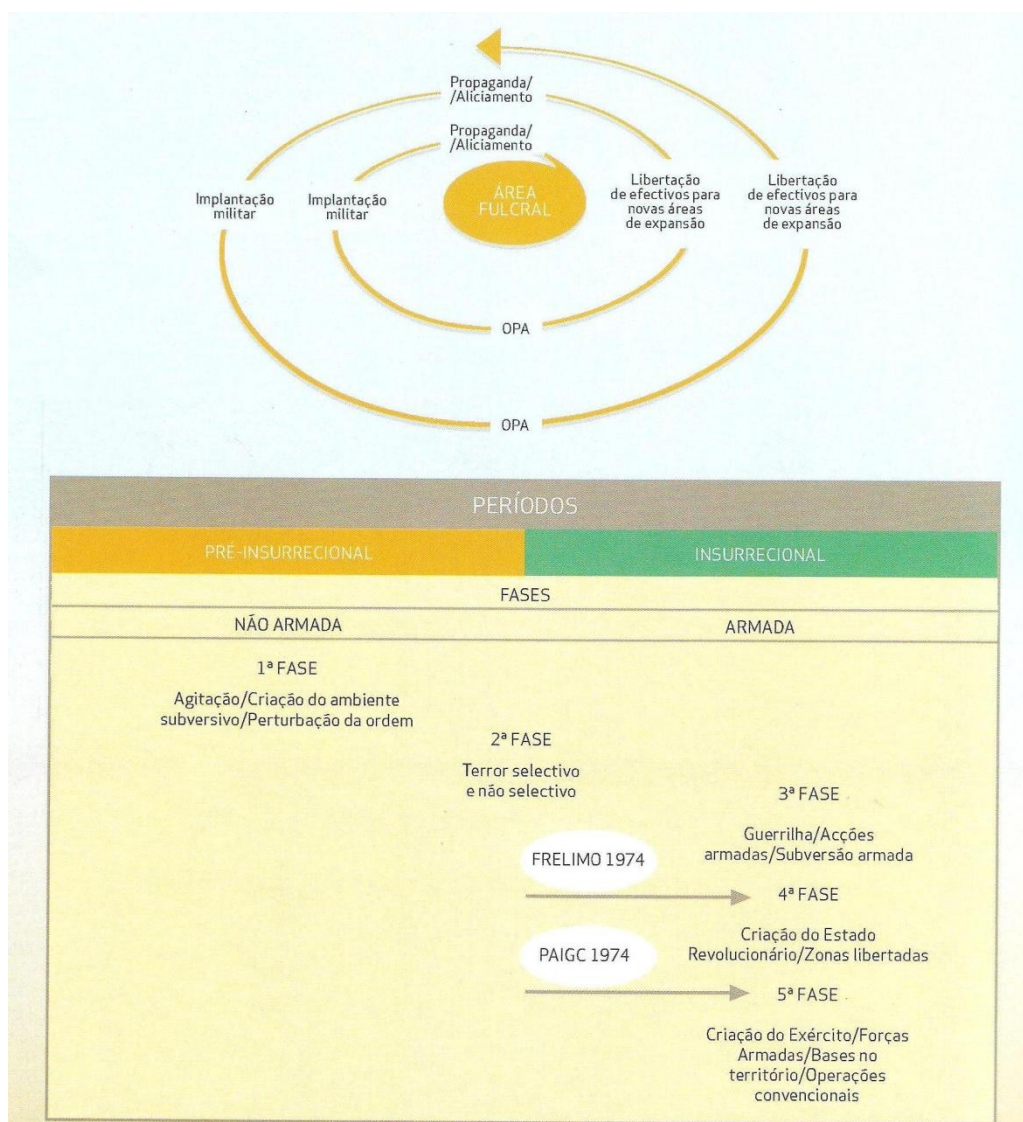


Figura D.1: O Evoluir da Guerra Subversiva do Ultramar.

Fonte: Afonso & Gomes (2010,p.178).

ANEXO E

TÉCNICAS DE PLANEAMENTO DE FOGOS DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

E.1 TIPOS DE FOGOS DE AC

O apoio de fogos de AC é o conjunto de fogos desencadeados pelas Unidades de Artilharia para apoio dos elementos de manobra. A AC fornece vários tipos de fogos. Alguns aplicam-se apenas a acções ofensivas (fogos ofensivos) ou acções defensivas (fogos defensivos), enquanto outros são apropriados a qualquer tipo de situação táctica.

E.1.1 PREPARAÇÃO

A Preparação é um conjunto de fogos intensos, planeados para execução a horário em apoio de um ataque. A sua finalidade consiste em interromper as comunicações In, desorganizar as suas defesas e neutralizar os seus meios de apoio de fogos. Pode iniciar-se antes da hora H, à hora H ou depois de H e pode prolongar-se para além dela e pode ser levantada a “horário” ou interrompida a “pedido” dos elementos de escalão avançado de assalto. A duração da preparação é influenciada por vários factores, incluindo o número de objectivos, quantidade de Unidades de tiro existentes, munições disponíveis e, ainda, as necessidades de apoio de fogos da totalidade da força.

A Preparação é normalmente planeada, ainda que possa vir a não ser executada. O Comandante da força que ordena o ataque é a entidade que decide se ela é executada ou não e qual a sua duração. Assim, num ataque de CE, é o seu Comandante que toma aquela decisão. Compete, contudo, ao Comandante da Artilharia, do respectivo escalão, propor ao Comandante da força a duração da Preparação e se ela deve ou não ser executada.

Normalmente, a Preparação divide-se em fases a fim de bater certo tipo de objectivos numa determinada sequência. Na **primeira fase**, logo no início da Preparação, devem bater-se os meios de apoio de fogos In e todos os seus sistemas de observação e

Aquisição de Objectivos. Na **segunda fase**, devem incluir-se os PC, os órgãos de comunicações, as reservas e as ZRn. Por último, na **terceira fase**, devem ser batidos os elementos avançados In, o que permitirá o avanço do escalão de assalto. Durante toda a Preparação deve manter-se a neutralização dos meios de Apoio de Fogos In e de outros objectivos críticos.

E.1.2 CONTRAPREPARAÇÃO

A Contrapreparação, é um conjunto de fogos intensos, planeados para serem desencadeados quando está iminente o ataque In. Destina-se a:

- Desarticular as formações In;
- Desorganizar os seus órgãos de comando, controlo e de comunicações;
- Reduzir a eficácia dos fogos de Preparação da sua Artilharia;
- Quebrar o seu ímpeto ofensivo, desgastando as suas forças e destruindo o seu material.

A Contrapreparação é desencadeado à ordem do Comandante da força. O momento para o seu desencadeamento é um momento crítico. Se a Contrapreparação é desencadeada prematuramente, pode revelar a localização da Artilharia amiga e se é desencadeada tardiamente, não conduz aos efeitos desejados. Embora não seja o Comandante da Artilharia a decidir esse momento, ele deve estar em condições de fazer propostas sobre o assunto, mantendo as suas Unidades de tiro preparadas para abrirem fogo a muito curto prazo. Todos os elementos e instruções relativas aos fogos de Contrapreparação constam do Quadro-Horário das missões de tiro. A Contrapreparação é sempre planeada e, normalmente, divide-se em duas fases:

- Na **primeira** fase, planeia-se bater simultaneamente os elementos avançados In, os seus meios de Apoio de Fogos, os meios de observação e Aquisição de Objectivos.
- Na **segunda** fase, imediatamente a seguir, devem ser incluídos os órgãos de comando, de comunicações, logísticos e as reservas do In.

A neutralização dos meios de Apoio de Fogos In, se possível, deve ser feita de forma contínua. Para se conseguir a simultaneidade no seu ataque, durante a Contrapreparação, a ACE e a AD tomarão a seu cargo, preferencialmente, os meios de

Apoio de Fogos e os PO, enquanto que os GAC em Apoio Directo⁶³ (A/D) baterão os elementos avançados In e, também, os seus observatórios. Os objectivos são atribuídos às Unidades que os vão bater, as quais mantêm os respectivos elementos de tiro permanentemente actualizados.

O cálculo da duração da Contrapreparação e do número de objectivos a incluir no horário é semelhante ao utilizado na Preparação.

E.1.3 BARRAGENS

As Barragens são fogos lineares planeados e **imediatamente disponíveis** (objectivos prioritários) para impedir os movimentos In através das nossas linhas ou zonas defensivas. São fogos que se integram nos planos de defesa do Comandante da força de manobra.

As Barragens de AC, que se integram nos fogos da barragem principal conjuntamente com os outros fogos, utilizam-se **unicamente** na defensiva. A cada Bateria de Artilharia pode ser atribuída uma Barragem.

As Barragens das Baterias dos GAC em A/D e de R/F são executadas em proveito da Brigada apoiada. Por sua vez, as Barragens das Baterias dos GAC em A/C-R/F podem ser atribuídas, a pedido, às Brigadas empenhadas, modificando-se então, a missão táctica dessas Unidades de Artilharia. O Comandante de Brigada indica a localização geral das Barragens à sua disposição, ou atribui-as aos Batalhões de manobra. O Comandante do Batalhão, por seu turno, indica as localizações gerais das Barragens ou atribui-as às Companhias. O Comandante de Companhia pode indicar qual o Pelotão (ou Pelotões) a que atribui a Barragem e neste caso, a localização exacta da Barragem no terreno é uma responsabilidade do Comandante de Pelotão em cujo sector ela se localiza. As coordenadas do centro da Barragem, sua largura e orientação, são enviadas para o Batalhão e para o GAC em A/D.

O OAv, relativamente à Barragem que for atribuída à Companhia, onde está destacado, tem a seguinte responsabilidade:

- Informar o PC/PCT do seu GAC da localização exacta da Barragem;
- Regular o tiro, por boca de fogo, para a localização desejada da Barragem, se a situação táctica e as disponibilidades de tempo e de munições o permitirem;

⁶³ Vide Glossário.

- Retransmitir ao PC/PCT do GAC o pedido de desencadeamento da Barragem. A entidade responsável pelo seu desencadeamento é o Comandante da Companhia ou o Comandante do Pelotão em cujo sector ela se localiza.

Uma Bateria de Artilharia mantém as suas bocas de fogo apontadas sobre a Barragem atribuída, sempre que não esteja empenhada noutra missão de tiro, e mantém preparadas junto das bocas de fogo o quantitativo de munições necessário à sua execução. A Barragem é desencadeada com a **máxima cadência** de tiro possível e só termina quando:

- For pedido o seu levantamento;
- Expirar a duração que lhe tiver sido atribuída;
- Se esgotarem as munições.

A largura das Barragens depende das Unidades executantes. As Barragens das Baterias de Bocas de Fogo (BBF) de 105mm têm uma frente de 200m e as das BBF de 155mm têm uma frente de 300m.

E.1.4 FOGOS DE FLAGELAÇÃO E INTERDIÇÃO

Os fogos de **flagelação** são desencadeados sobre localizações In confirmadas e suspeitas, com a finalidade de dificultar os deslocamentos e baixar o moral das forças In pela ameaça de baixas em pessoal e perdas de material. Os objectivos apropriados para os fogos de flagelação são as posições de tiro, as instalações de reabastecimento, os PC, as ZRn e os observatórios.

Os fogos de **interdição** são desencadeados sobre terreno escolhido, com a finalidade de dificultar ou mesmo evitar a livre utilização desse terreno pelo In. Constituem-se objectivos apropriados os cruzamentos de estradas e caminhos, as pontes, os desfiladeiros e os locais de transposição de cursos de água.

Os fogos de flagelação e de interdição são comuns a qualquer tipo de situação táctica e, normalmente, são planeados pelas ACE e AD, com base em informações provenientes do sistema de informações gerais. Devem ser desencadeados com intervalos irregulares, para que In não se aperceba do seu ritmo e possa tomar medidas para os evitar, e devem usar-se medidas de decepção para não dar a conhecer o quantitativo e a localização das Unidades que participam na sua execução. Entre essas medidas

salienta-se, durante cada período de ataque, a execução de tiro de posições suplementares, a utilização de várias bocas de fogo por objectivo e a utilização de uma só bocas de fogo de Unidades alternadas. Os fogos de flagelação e interdição só devem ser empregues quando proporcionem resultados eficazes que completem a operação global da força, porquanto a sua execução é dispendiosa no ponto de vista logístico e aumenta a vulnerabilidade das Unidades de Artilharia executantes.

E.1.5 FOGOS DE CONTRABATERIA

Os fogos de **contrabateria** são os fogos que se executam com a finalidade de destruir ou neutralizar os sistemas de armas de tiro indirecto do In. O Comandante de Divisão (escalão com responsabilidade de contrabateria) fornece directivas para o ataque aos objectivos de contrabateria e que devem incluir:

- Prioridades dos objectivos/fogos;
- Grau de danos desejado;
- Restrições de munições;
- Considerações sobre a sobrevivência da AC amiga.

Os objectivos de contrabateria são, não só, incluídos num Programa de Contrabateria mas, também, nas Preparações ou Contrapreparações. Podem ser batidos a “pedido” (objectivos planeados), ou como objectivos inopinados, sendo estes, comunicados através dos canais normais de apoio de fogos. O Programa da Contrabateria consta dum Quadro-Horário de missões de tiro.

E.1.6 FOGOS DE SUPRESSÃO

Os fogos de **supressão** são fogos, planeados ou inopinados desencadeados sobre localizações In, confirmadas ou suspeitas, para lhes diminuir a capacidade de colocar fogos sobre elementos amigos ou de impedir as operações amigas. Na execução destes fogos é mais importante a resposta imediata do que a sua precisão. As missões de supressão não exigem só munições explosivas, podendo utilizar-se, também, munições de fumos. Contudo, a supressão por fumos é mais morosa que a supressão com munições explosivas.

Os objectivos que fazem parte deste tipo de fogos constam, normalmente, de um Programa de Objectivos. Pela sua importância no campo de batalha moderno, destacam-se os Programas SEAD, que incluem não só as suas armas AA de curto alcance (SHORAD) e de média altitude, mas também os seus meios de GE, radares de defesa aérea, os órgãos de comando e controlo⁶⁴ da defesa aérea divisionária e regimental e, bem assim, o seu sistema de Comando, Controlo e Comunicações (C3). O CAF é o responsável pelo esforço de supressão do sistema AA In, determinando, em cada momento e em coordenação com o Oficial de Operações da força, a disponibilidade dos meios de apoio de fogos necessários para a sua execução. Os TACP auxiliam no esforço de identificação dos potenciais objectivos In para a supressão AA e indica quais os que se revelam mais adequados a serem batidos pela FAT. Embora a AC se constitua o principal meio para a SEAD, podem igualmente nela participar os helicópteros de ataque, a AN e os próprios morteiros, de acordo com as directivas do Comandante da força.

E.1.7 FUMOS

E.1.7.1 Tiro de Cegamento

Em campanha, os **fumos** empregam-se para reduzir a eficiência da observação visual In. Reduz-se essa observação colocando fumos:

- Sobre os observatórios In;
- Sobre as Unidades e instalações das forças amigas;
- Entre os observatórios In e as Unidades e instalações amigas.
- Os fumos podem ainda ser utilizados para efeitos de sinalização.

Os tipos de fumos utilizados são, normalmente, três: **cegamento**, **maskamento** e **sinalização**.

Este tipo de fogos utiliza granadas de fumos (HC) e granadas de fósforo branco (WP) para, através do cegamento, negar ao adversário a observação do campo de batalha. As granadas explosivas, também, podem ser utilizadas por produzirem efeitos secundários de cegamento - explosão, poeiras, incêndios. Porque os fumos podem mudar de direcção, em consequência do vento e da própria configuração do terreno, a sua utilização tem de ser coordenada com o Comandante da força de manobra e com todas as Unidades amigas vizinhas que possam ser afectadas por eles.

⁶⁴ Vide Glossário.

O tiro de **cegamento**, quando utilizado adequadamente, pode:

- Obrigar a diminuir a velocidade das viaturas para os limites utilizados na condução sem luzes;
- Negar a visão directa às guarnições das armas de tiro directo;
- Reduzir a precisão dos fogos In observados, pelo cegamento dos seus PC e PO;
- Provocar a confusão e a apreensão entre os elementos In;
- Limitar a eficácia dos sinais visuais de comando e de controlo do In.

E.1.7.2 Tiro de Mascaramento

O tiro de **mascaramento**, estreitamente relacionado com o tiro de cegamento, também utiliza granadas de fumos e de fósforo branco. O tiro de mascaramento, contudo, emprega-se para conferir cobertura aos elementos de manobra amigos, dissimulando a natureza das suas operações. Estes fogos podem empregar-se nas operações de transposição de cursos de água ou de envolvimento. Igualmente são utilizados para:

- Auxiliar a consolidação de um objectivo, colocando fumos em zonas para além do mesmo;
- Iludir o In, fazendo-o crer que uma Unidade está a manobrar quando, na realidade, não está.

O tiro de mascaramento exige, normalmente, as mesmas precauções que o tiro de cegamento. Contudo, as máscaras de fumos devem ser suficientemente amplas para que os fogos In, feitos ao acaso para o seu interior, não provoquem baixas excessivas.

E.1.7.3 Tiro de Sinalização

Os fumos de **sinalização** podem ser utilizados para:

- Assinalar as posições amigas ou In, por emissão de fumos no solo;
- Auxiliar os OAv ou os elementos da manobra sobre a sua localização no terreno ou para proporcionar aos mesmos uma dada orientação;
- Assinalar o local de ataque para meios aéreos de ataque ao solo, nomeadamente em missões de CAS.

O Comandante da força, assistido pelo CAF, é o responsável último pela coordenação das operações de fumos com todas as Unidades participantes e com as que possam ser

afectadas por eles. Quando se preveja que os seus efeitos se estendam para além de um limite, deve efectuar-se a coordenação com a Unidade afectada e notificar-se o Comando superior. Por exemplo:

Se a AD recebe um pedido de fumos sobre o limite entre duas Brigadas, o Oficial de Operações da AD coordena a missão, primeiramente com os GAC em A/D às Brigadas e, seguidamente, com o EAF da Divisão, para informação do Comando da Divisão. Se o pedido de fumos é sobre um limite da Divisão, o mesmo é coordenado, primeiro com a AD vizinha e depois com o EAF da própria Divisão.

O Oficial de Operações da força é o responsável directo pela integração das operações de fumos com o plano de manobra.

E.1.8 FOGOS DE ILUMINAÇÃO

Estes fogos, de efeito especial, destinam-se a proporcionar iluminação às forças amigas para as auxiliar nas operações nocturnas ou para flagelar o In. Podem ser executados a “horário” ou a “pedido” e utilizam-se para:

- Iluminar zonas onde existem movimentos suspeitos In;
- Possibilitar a vigilância sobre a zona de combate;
- Auxiliar a regulação de outros fogos com granadas explosivas;
- Flagelar as forças In;
- Orientar as patrulhas nocturnas amigas ou as Unidades atacantes.

Fonte: (MC 20-100, 2004,p.C-2).

ANEXO F

MÍSSEIS STRELLA



Figura F.1: SA-7b Grail Strella.

Fonte: Fortunato (2006).

O SA-7a foi introduzido em 1968, mas foi rapidamente substituído pelo SA-7b. O SA-7b possuía um novo motor de propulsão e um novo sistema de identificação, o que lhe permitiu passar a aquisição de alvos de 3,6 km para 4,2 km, e aumentar a velocidade de 430 m/s para 500 m/s.

A chegada dos mísseis soviéticos SA-7 Grail Strella, mais conhecidos como mísseis Strella, coloca em causa o nosso domínio aéreo. Estes mísseis eram guiados pelo calor dos motores dos aviões, e a sua primeira aparição tinha sido feita na guerra do Vietname.

A partir do momento em que os Strella chegaram, só com elevados custos humanos e materiais, passou a ser possível continuar a assegurar, o domínio do terreno, as necessárias contra medidas para anular os Strella não chegaram, e o apoio aéreo passou a ter grandes limitações.

Fonte: Mateus *in* Fortunato (2006).

ANEXO G

PRIMEIRAS MINAS ENCONTRADAS

G.1 - ANGOLA

As minas foram de longe as mais temidas formas de acção inimigas que as NT tiveram de enfrentar durante a decorrer do Ultramar, estas utilizadas isoladas ou juntamente com emboscadas, limitavam o movimento de colunas militares e da logística, sendo causadoras de um grande número de baixas nas NT, cerca de 50% das baixas, (entenda-se mortos e feridos) foram causadas por minas e engenhos explosivos. Os movimentos de libertação utilizavam geralmente minas antipessoal (A/P), minas anticarro (A/C) e engenhos explosivos improvisados feitos de granadas de mão ou bombas de avião que não tinham sido detonadas. As primeiras minas detectadas pelas NT foram no Norte de Angola a 6 de Junho de 1962 como demonstra a Figura G.1 (Afonso & Gomes, 2010).



Figura G.1: Localização das primeiras minas descobertas no Norte de Angola.

Fonte: Afonso & Gomes (2010, p.284).

G.2 - MOÇAMBIQUE

No que diz respeito a Moçambique as primeiras minas encontradas no território verificaram-se a 29 de Maio no ano de 1965, na região de Nova Coimbra, e a primeira mina antipessoal a 14 Junho desse mesmo ano, como demonstrado na figura abaixo.

No decorrer do conflito desde 1965 até 1970 viriam a ser detectadas neste território 5290 minas e engenhos explosivos, dos quais 1894 foram accionadas. (Afonso & Gomes, 2010)



FiguraG.2: Localização das primeiras minas descobertas em Moçambique na região de Nova Coimbra.

Fonte: Afonso & Gomes (2010, p.284).

G.3 - GUINÉ

A mesma situação de Angola estendeu-se à Guiné em que a primeira mina detectada foi a 2 de Junho de 1963, com a diferença de ser uma mina anticarro colocada na estrada que liga Falacunda a S.João, como representado na Figura E.3 (Afonso & Gomes, 2010).



Figura G.3: Localização das primeiras minas descoberta no território da Guiné.

Fonte: Afonso & Gomes (2010, p.284).

ANEXO H

CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL DE ARTILHARIA DE CAMPANHA UTILIZADO NO ULTRAMAR

(1) Obus M7,5cm/18 m/940

Material de origem Italiana, Figura H.1, adquirido na época de quarenta com o propósito de substituir a anterior peça de 7cm M.T.R. m/906-911, este material destaca-se pelo seu elevado alcance dentro da sua categoria, pela sua facilidade de transporte e possibilidade de executar tiro vertical, ou seja, elevação do tubo superior a 45°, Tabela D.1. Este material prestou serviço no continente, em Timor e em Angola (Salvado & Barbosa, 2010).



Figura H.1: Obus M7,5cm/18 m/940.
Fonte: Salvado & Barbosa (2010, p. 15).

Origem	Itália
Ano de fabrico	1934
Entrada ao serviço	1940
Calibre	75 mm
Peso	820 Kg
Tubo	18 calibres
Granada	6 Kg (HE)
Alcance	7990 m (+ 43°)
Campanhas	Timor e Angola
Unidades que equipou	Grupo de Artilharia de Montanha (Guarda)

Tabela H.1: Características do Obus M7,5cm/18 m/940.

Fonte: Salvado & Barbosa(2010, p. 15).

(2) Obus R 10,5cm/28 TR m/941

De origem Alemã, este Obus de 10,5cm de calibre, Figura D.2, entra ao serviço na década de quarenta em substituição ao seu antecessor o obus 7,5 TR m/917. Existiam duas variantes deste material, ou seja, a versão K de tracção animal⁶⁵ e a versão R de tracção automóvel, Tabela H.2, sendo que posteriormente muitos dos de tracção animal foram adaptados a um reboque auto. Este material depois de prestar serviço às unidades de Artilharia foi desactivado em 1979 dando lugar ao seu sucessor o Obus M101A1 de origem Americana (Salvado & Barbosa, 2010).



Figura H.2: Obus R 10,5cm/28 TR m/941.

Fonte: Salvado & Barbosa (2010, p. 16).

⁶⁵ O mais comum na tracção animal na época era a utilização de cavalos e mulas de carga, como prova disso é a existência de cavalaria desactivadas em Unidades de Artilharia.

Origem	Alemanha
Ano de fabrico	1933
Entrada ao serviço	1941
Calibre	105 mm
Peso	1 930 kg
Tubo	28 calibres
Granada	14,8 Kg (HE)
Alcance	10 810 m
Tracção	Rebocado

Tabela H.2: Características do Obus R 10,5cm/28 TR m/941.

Fonte: Salvado & Barbosa (2010, p. 17).

(3) Obus K 10,5cm/28 TR m/941

À semelhança do modelo anteriormente descrito, este modelo “K” exclusivo de tracção animal, Figura D.3, entra ao serviço no mesmo ano que o modelo de tracção auto. Apesar de estes obuses (modelo K e R) terem servido o Exército Português na Guerra do Ultramar de 1961-74, o seu tubo original fora substituído por um de fabrico francês apto a funcionar com a munição M1 modelo americano adoptado pela OTAN, Tabela H.3.

Posteriormente este material é retirado de funcionamento em 1979, da mesma forma que o modelo rebocado, dando lugar ao Obus M101A1 (Salvado & Barbosa, 2010).



Figura H.3 – Obus K 10,5cm/28 TR m/941.

Fonte: Salvado & Barbosa (2010, p. 19).

Origem	Alemanha
Ano de fabrico	1933
Entrada ao serviço	1941
Calibre	105 mm
Peso	1 930 kg
Granada	14,8 Kg (HE)
Alcance	10 810 m
Tracção	Rebocado
Campanhas	África

Tabela H.3: Características do Obus K 10,5cm/28 TR m/941.

Fonte: Salvado & Barbosa (2010, p. 19).

(4) Obus K 15cm/30 m/941

Este Obus de 15cm de calibre, Figura D.4, adquirido na década de quarenta à empresa alemã KRUPP, era numa fase inicial para equipar as unidades de AC pesada, mas apenas adquirido pelo Regimento de Artilharia Pesada n.º2 e o Grupo de Artilharia de Campanha de Luanda, Tabela H.4. Posteriormente foi substituído pelo material de 14 cm/43 (Salvado & Barbosa, 2010).



Figura H.4 – Obus K 15cm/30 m/941.

Fonte: Salvado & Barbosa, (2010, p. 17).

Origem	Alemanha
Ano de fabrico	1933
Entrada ao serviço	1941
Calibre	149.1 mm
Peso	5 530 kg
Tubo	4.5 m (30 calibres)
Granada	43,5 kg (HE)
Campo de Tiro	<ul style="list-style-type: none"> • Vertical: -3° a + 45° • Horizontal: 64°
Cadência de Tiro	4 t.o.m.
Velocidade Inicial	495 m/s
Alcance	13 250 m
Tracção	Rebocado
Unidades que equipou	Regimento de Artilharia Pesada n.º2 e GAC de Luanda

Tabela H.4 – Características do Obus K 15cm/30 m/941.

Fonte: Salvado & Barbosa (2010, p. 17).

(5) Obus 8,8cm/18 m/943

Este obus de 8,8cm de calibre, Figura H.5, demonstrou pelas suas possibilidades ser uma mais-valia para Portugal, pois já tinha demonstrado as suas capacidades ao serviço do exército Britânico contra as forças alemãs no norte de África durante a 2ª Guerra Mundial, devido à sua grande mobilidade e possibilidade de tiro a 360° (Tabela A.5), assim como o aparelho de pontaria para tiro anti-carro no caso de necessidade de executar tiro directo.

Este material surgiu em dois modelos, um sem freio de boca, adquirido em 1943 e posteriormente o modelo já com freio de boca, adquirido em 1946. Serviu as unidades de Artilharia em Portugal, Índia, Macau, Timor, Angola, Moçambique e Guiné. Actualmente encontra-se no Regimento de Artilharia antiaérea n.º1 em Queluz, para execução de salvas (Salvado & Barbosa, 2010).



Figura H.5: Obus 8,8cm/18 m/943 e respectivo atrelado de munições.

Fonte: Salvado & Barbosa(2010, p. 19)

Origem	Reino Unido
Ano de fabrico	1939
Entrada ao serviço	1946
Calibre	88 mm
Peso	1 796 kg
Granada	11,3 Kg (HE)
Alcance	12 250 m
Tracção	Rebocado
Campanhas	Campanhas de África
Unidades que equipou	Grupo de Artilharia de Montanha (Guarda)

Tabela H.5: Características do Obus 8,8cm/18 m/943

Fonte: Salvado & Barbosa, (2010, p. 19).

(6) Obus 14cm m/943

Este obus de origem Inglesa, Figura D.6, entrou ao serviço em Portugal na década de quarenta, vindo equipar as Unidades de Artilharia Pesada substituindo os obuses 15cm T.R. m/918 e obus 15cm/30, concebido de forma a ser rebocado por viaturas 4x4 devido ao seu elevado peso, Tabela H.6. Serviu operacionalmente o Exército Português nos TO de Angola Guiné e Moçambique (Salvado & Barbosa, 2010).



Figura H.6: Obus 14cm m/943.

Fonte: Salvado & Barbosa (2010, p. 18).

Origem	Reino Unido
Ano de fabrico	1941
Entrada ao serviço	1943
Calibre	139,7 mm
Peso	6 190 kg
Tubo	4.2 m (30 calibres)
Granada	<ul style="list-style-type: none"> • 45,5 kg (HE) • 37 kg (HE)
Campo de Tiro	<ul style="list-style-type: none"> • Vertical: -5° a + 45° • Horizontal: 30°
Cadência de Tiro	2 t.o.m.
Velocidade Inicial	<ul style="list-style-type: none"> • 45,5 kg (HE) – 510 m/s • 37 kg (HE) – 594 m/s
Alcance	<ul style="list-style-type: none"> • 45,5 kg (HE) – 14 800 m • 37 kg (HE) – 16 550 m
Guarnição	10 Militares
Tracção	Rebocado
Unidades que equipou	Unidades de Artilharia Pesada

Tabela H.6 – Características do obus 14cm m/943.

Fonte: Salvado & Barbosa, (2010 p. 19).

(7) Peça 11,4cm m/943

Esta peça de Artilharia de 11,4cm, Figura D.7, foi o material com mais alcance, Tabela A.7, que Portugal já teve com excepção do moderno Obus AP 155mm, este material em aço de origem Britânica foi empregue operacionalmente na Guerra do Ultramar nos vários TO em que Portugal esteve envolvido (Salvado & Barbosa, 2010).



Figura H.7: Peça 11,4cm m/943.

Fonte: Salvado & Barbosa, (2010 p. 19).

Nomenclatura de origem	<i>Ord. Q.F. 4.5 Inch gun MKII</i> (Grã-Bretanha -1938/41)
Origem	Grã-Bretanha
Ano de fabrico	1941
Entrada ao serviço	1946
Calibre	114 mm
Peso do tubo (com reparo)	6.350 kg
Finalidade ou Emprego	Artilharia do Corpo de Exército
Peso da Munição (HE)	25 kg
Alcance	18 740m
Velocidade inicial	690 m/s
Cadência de Tiro	2 a 3 tom
Tipo de recuo	hidropneumático
Mecanismo de elevação	-5° a 45°
Unidades que equipou	EPA

Tabela H.7: Características da Peça 11,4cm m/943.

Fonte: Salvado & Barbosa (2010, p. 20).

ANEXO I

AERONAVES UTILIZADAS NA OBSERVAÇÃO E REGULAÇÃO DO TIRO

As características da guerra ditaram a necessidade de uma frota de aviões ligeiros para missões de observação, ligação, evacuação sanitária, posto de comando aéreo e outras, que teriam de ser efectuadas a partir de pistas sumariamente preparadas. Como demonstrado na Figura I.1, o primeiro foi o avião ligeiro Dornier Do-27-A4, de origem alemã, equipado com um motor de pistão de seis cilindros opostos com 270 hp de potência, sendo capaz de voar a uma velocidade máxima de 225 km/h, e um raio de acção de 940km (Afonso & Gomes, 2010).

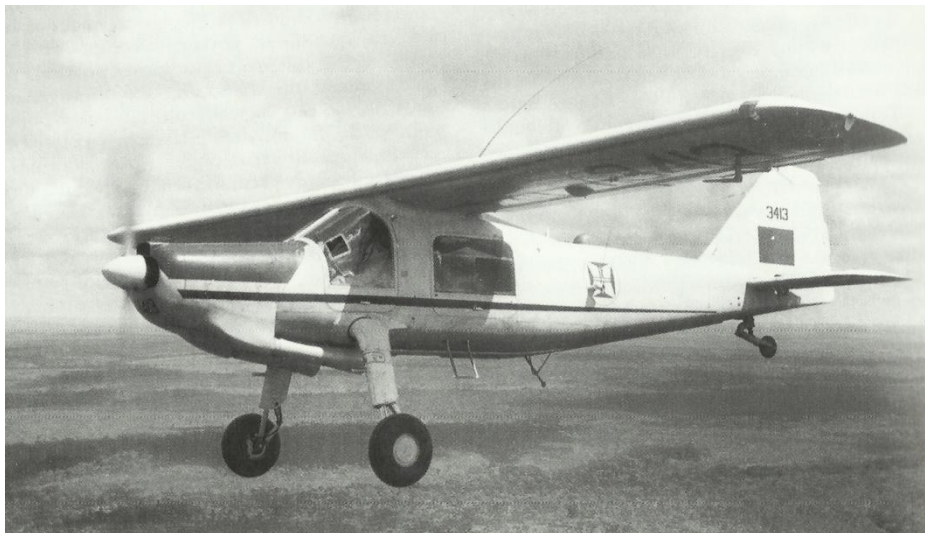


Figura I.1: Doner Do-27. Foi o segundo avião mais numeroso da FAP em África, com 147 recebidos (o T-6G foi o primeiro, com 257 exemplares).

Fonte: Fernandes, Ferreira, Matos, Teixeira, & Telo (2004, p.488).

Desenvolvido pela Sud-Aviation, que mais tarde passou a chamar-se Aerospatiale, o protótipo de alouette III, Figura I.2, que substitui o Alouette II, foi testado em 1959. Foram introduzidos em Portugal em 1963, que parece ter sido o primeiro país que os usou em combate, em missões diversas, desde transporte ou evacuação médica até ao apoio de fogo, reconhecimento e escolta (Afonso & Gomes, 2010).



Figura I.2: Alouette III. Foi o principal helicóptero da FAP em África, com 142 recebidos entre 1963 e 1975. Desde 1969, ao Alouette III são apoiados por 13 SA-330 Puma.

Fonte: Fernandes, Ferreira, Matos, Teixeira, & Telo (2004, p.489).

ANEXO J

PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES DE ART. NO ULTRAMAR

Proposta de organização das unidades de Art.^a para a Guerra do Ultramar no ano de 1971, pelo, na altura Maj de Art.^a Alves de Sousa.

Dotar os pelotões destacados com:

- 1 P.C.T. reduzido
- 1 Secção de Observação Avançada

Esta secção deverá acompanhar o maior numero de vezes possível os patrulhamentos das forças apoiadas. A sua acção será tanto mais eficiente quanto melhor conheça, em pormenor, a Zona de Acção da Unidade apoiada, suprimindo com o seu conhecimento a falta eventual de cartas topográficas na escala apropriada. Em caso de operações que requeiram apoio de fogos, o seu conhecimento do terreno associado à utilização de AA criteriosamente escolhidos e já conhecidos por aquela Secção, permitirão o desencadeamento oportuno e eficaz dos fogos de apoio necessários.

- Meios de transmissão para montagem da rede de tiro e rede de comando. Torna-se necessário garantir a ligação PCT – observador avançado ou força apoiada, quando não actua aquele OAV. De prever sempre o contacto Terra – Ar, para ligação ao observador aéreo quando empregado. O Pelotão deve estar apto a receber ligação rádio do Comandante da Bateria, tanto na rede de tiro como na rede de comando.

- Meios de Topografia que possibilitem a execução de uma progressiva preparação topográfica, exequível, normalmente, dada a relativa permanência dos Pelotões nas posições ocupadas nas bases ou estacionamentos.
- Procurar dotar os Pelotões com possíveis equipamentos de referênciação pela luz e som, modernos, leves, de fácil transporte e montagem.

Constituir Comandos de Bateria que, de acordo com a situação táctica e posição geográfica dos Pelotões, exerçam um Comando Técnico de Tiro de um determinado número deles. Estes Comandos actuam, assim, como Comandos técnicos de uma área ou zona onde estacionam vários Pelotões atribuídos, em dependência operacional, a outras Unidades (escalão Companhia ou Batalhão).

Estes comandos de Bateria serão dotados com:

- 1 Secção de Comando
- 1 Secção de Observação Aérea – de fundamental importância para a:
 - Pesquisa de objectivos, elementos de capital interesse para a eficiência operacional de Artilharia na zona ou área
 - Execução rápida das regulações do tiro, quando se torna difícil ou inconveniente a utilização de observação avançada.
- 1 Secção de Transmissões que garanta o funcionamento da rede de tiro e Comando para a ligação com os Pelotões destacados que integra.
- 1 Secção de Topografia, para apoiar e melhorar os trabalhos topográficos já levados a cabo nos Pelotões destacados (estabelecimento da DO, levantamento de AA, etc.)
- 1 Estação Meteorológica, apta para difundir, periodicamente, os elementos necessários à preparação teórica do tiro, quando a proximidade geográfica dos Pelotões destacados possibilite explorar essas observações.
- 1 Secção de Manutenção de Material de Artilharia, para apoio dos Pelotões, atribuídos a cada Comando. Os Comandantes de Bateria são os conselheiros técnicos artilheiros dos Comandantes das Unidades onde actuam os Pelotões destacados que lhes estão subordinados tecnicamente, com evidentes vantagens que daí advêm para um mais eficiente e rendoso emprego de Artilharia. Evitar-se-á assim que corra o risco de serem as b.f. dos Pelotões

utilizados, mais como armas pesadas integradas na defesa próxima dos estacionamentos do que como Artilharia.

Alcança-se, também, uma mais adequada manobra de fogos, resultante da ligação do Comandante de Bateria com diferentes Comandantes das Unidades que têm Pelotões de Artilharia na sua dependência operacional. Ainda em ligação com os Comandantes das Unidades apoiadas pode o Comandante de Bateria orientar (e também executar) a pesquisa de objectivos para a Artilharia que posteriormente analisa para os bater com os meios ajustados.

Constituir Comandos de Grupo que integram os Comandos de Bateria e Pelotões destacados. O Comandante e Grupo é o Conselheiro técnico do Comandante da Zona ou Sector, tendo as funções inerentes ao seu cargo nas Unidades de orgânica convencional, embora devidamente ajustadas às condições de afastamento e descentralização em que actuam as suas Sub-Unidades.

Junto deste Comando actua uma Bateria de Comando e Serviços a quem incumbe a administração e logística dos Comandos de Bateria e Pelotões destacados os quais, libertos deste encargo, poderão orientar a sua actividade exclusivamente para o campo técnico e operacional.

A par desta organização, apropriada Às finalidades já expostas, deverão continuar a existir uma ou mais Unidades de Artilharia de organização convencional, de escalão Grupo ou Bateria, de acordo com as necessidades operacionais do TO, as quais constituirão Unidades de intervenção. Completamente dotadas e equipadas estas Unidades estarão preparadas para actuar no mais curto prazo de tempo, em qualquer zona do TO. Para estas Unidades será aconselhável a utilização de material ligeiro com bocas de fogo decomponíveis em cargas, mais leves e assim de mais fácil deslocação que por transporte rodo e fluvial bem como por helitransporte.

Na verdade, um dos grandes condicionamentos para a deslocação de Unidades de Artilharia, que é o da «quebra de segredo» que provoca, seria grandemente diminuído pela possibilidade de as viaturas pesadas transportarem as bocas de fogo nas caixas de carga respectivas, como se fora qualquer abastecimento de rotina. Igualmente estas bocas de fogo, decompostas em cargas, poderiam também ser mais facilmente transportadas nas lanchas de desembarque, sem os condicionamentos actuais de volume, conjuntamente com as forças operantes em terra e, uma vez montadas, na zona de desembarque ou nas próprias lanchas, garantirem o apoio directo às forças desembarcadas. A possibilidade de decomposição das bocas de fogo em cargas,

facilitará também o helitransporte das Unidades de intervenção, com a maior rapidez, às zonas mais distantes e de mais fácil acesso.

Entretanto e de acordo com o princípio de que a Artilharia nunca está em RESERVA, estas Unidades deverão cumprir as missões de quadricula artilheira, quando não empenhadas em missões de intervenção.

Por último, e uma vez que os subalternos Comandantes dos Pelotões destacados actuam isolados, dado que o enquadramento que lhes é dado pelo Comandante da Bateria não é realizado directamente em permanência, deverão aquelas receber uma preparação mais completa e profunda das matérias artilheiras. Na verdade, muitas vezes serão chamados a resolver problemas que requerem imediata solução, sobre assuntos de técnica de tiro, de topografia, de observação, de munições e até manutenção de material, que, numa Unidade tipo convencional, seriam da atribuição de Comandante de Bateria (Sousa, 1971, p. 530-533).